REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Relatório

Revisão Local Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Nampula (Distrito e Município)

RLV2025
REVISÃO LOCAL VOLUNTÁRIA
NAMPULA

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Revisão Local Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Nampula (Distrito e Município)

Entidades envolvidas: Ministério da Planificação e Desenvolvimento – Direcção Nacional de Planificação; Governo do Distrito de Nampula; Conselho Municipal da Cidade de Nampula-CMCN.

Coordenação: UNDESA/ECA

Nampula, 2025

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS 1
PREFÁCIO 2
AGRADECIMENTOS 3
INTRODUÇÃO 4
CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES 5
CAPÍTULO 2: CONTEXTO 6
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA 8
FASES E ETAPAS DA PRODUÇÃO DO RELATÓRIO DE RLV 8
LIMITAÇÕES OBSERVADAS 11
CAPÍTULO 4: RELATÓRIO SOBRE OS ODS 13
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES 37
ANEXOS 39

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Quadro de indicadores do ODS 1 14
Tabela 2: Quadro de indicadores do ODS 2 17
Tabela 3: Quadro de indicadores do ODS 3 21
Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 4 25
Tabela 5: Quadro de indicadores do ODS 5 28
Tabela 6: Quadro de indicadores do ODS 6 30
Tabela 7: Quadro de indicadores do ODS 11 34

LISTA DE ABREVIATURAS

AEA	Alfabetização e Educação de Adultos
APEs	Agentes Polivalentes Elementares
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CMCN	Conselho Municipal da Cidade de Nampula
DSDG	Divisão para os ODS
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
ECA	Comissão Económica África
ETLs	Equipas Técnicas Locais
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
ESG	Ensino Secundário Geral
GFD	Grupos Focais de Discussão
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NDNT	Não Deixar Ninguém para Trás
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OCB	Organização Comunitária de Base
OSC	Organização da Sociedade Civil
PcDs	Pessoas com Deficiência
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PFLs	Pontos Focais Locais
PFPs	Pontos Focais Provinciais
PQG	Programa Quinquenal do Governo
POA	Plano e Orçamento Autárquico
PRONASAR	Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
QNI	Quadro Nacional de Indicadores
RAMAS	Repartição de Apoio à Mulher e Ação Social
RCO	Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas
RLV	Revisão Local Voluntária
RNV	Revisão Nacional Voluntária
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
TB	Tuberculose
UNDESA	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
VBG	Violência Baseada no Género

PREFÁCIO

Este documento faz parte do projecto de Localização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) implementado pela Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), com o apoio do Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas (RCO), em parceria com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), a Província de Nampula, o Distrito e o Município de Nampula.

A RLV do território local de Nampula (Distrito e Município) marca um momento significativo na consolidação dos esforços locais para a materialização da Agenda 2030. Este relatório apresenta o estado de implementação dos ODS prioritários para o distrito – ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 – reflectindo o compromisso das instituições locais em fortalecer a governação, orientar a planificação baseada em evidências e reforçar a participação dos cidadãos. O documento compila a experiência do Distrito e Município de Nampula na implementação da Agenda 2030, fornecendo uma avaliação realista dos progressos, desafios e oportunidades na implementação dos ODS, alinhada com a metodologia da UNDESA e Comissão Económica África (ECA), com a orientação dos Consultores que apoiaram o processo.

A elaboração desta RLV resulta de um processo colaborativo envolvendo instituições governamentais a nível distrital e provincial, serviços técnicos, organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento, sector privado, academia e diversos grupos vulneráveis. Este processo é fundamental para garantir que os ODS sejam efectivamente integrados nas políticas e acções locais e reafirma o compromisso do Distrito e Município de Nampula em "não deixar ninguém para trás" e em promover um caminho de desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável.

Os dados e análises aqui apresentados constituem uma referência essencial para o diálogo político, a tomada de decisões informadas e a definição de prioridades estratégicas nos próximos ciclos de planificação local. A selecção dos ODS prioritários considerou as competências administrativas dos governos locais e as suas áreas de actuação, permitindo estruturar quadros de indicadores alinhados às metas nacionais. A definição final dos indicadores resultou da combinação entre estas responsabilidades institucionais e um conjunto de referências técnicas, incluindo estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), projecções demográficas, sistemas sectoriais de informação e políticas nacionais.

A metodologia da RLV orientou a adaptação das metas globais à realidade socioeconómica e institucional local, contribuindo para a sua integração nos instrumentos de planificação e orçamentação. O princípio da participação inclusiva norteou todo o processo, assegurando o envolvimento activo de diversos actores, tais como as entidades governamentais, sociedade civil, academia, sector privado e actores comunitários. Workshops locais funcionaram como espaços de diálogo, aprendizagem e concertação, fortalecendo capacidades de planificação, monitoria e avaliação. Estes encontros foram amplamente reconhecidos pelos participantes como um dos principais valores acrescentados do processo, ao promoverem escuta activa, alinhamento de perspectivas e coordenação entre diferentes níveis da governação.

Assim, para além de constituir um instrumento de análise, a RLV configura também um exercício prático de governação participativa e integração territorial, traduzindo um compromisso colectivo com a implementação da Agenda 2030. As suas conclusões alimentarão igualmente os mecanismos provinciais e nacionais de monitoria dos ODS, incluindo a Revisão Nacional Voluntaria (RNV) actualmente me curso.

AGRADECIMENTOS

A preparação desta RLV não teria sido possível sem a colaboração activa de múltiplas instituições e actores locais. A equipa de trabalho para a elaboração do relatório expressa o seu profundo agradecimento: ao Governo do Distrito de Nampula e Conselho Municipal da Cidade de Nampula (CMCN); À Equipa Técnica responsável pela coordenação da RLV, pelo trabalho de sistematização e análise. À sociedade civil, organizações comunitárias e representantes de mulheres, jovens e pessoas com deficiência e idosos, pelas contribuições durante consultas locais; aos parceiros de desenvolvimento que ofereceram apoio metodológico e técnico, incluindo as orientações constantes no documento de referência da UNDESA.

Este relatório é fruto de um esforço colectivo e reflecte a visão conjunta de um território local de Nampula mais inclusivo, próspero e sustentável.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada por todos os Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece 17 Objectivos concebidos para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades, promover prosperidade partilhada, proteger o ambiente e reforçar a paz, a justiça e instituições eficazes. Embora global, esta Agenda só se materializa plenamente quando traduzida para as realidades dos vários territórios subnacionais, pois é ao nível local que os serviços públicos são prestados, que as desigualdades se manifestam e que as populações experienciam, no quotidiano, os avanços e desafios do desenvolvimento. Assim, a localização dos ODS constitui um elemento central para assegurar que ninguém é deixado para trás, reforçando a necessidade de integrar metas, indicadores e princípios da Agenda 2030 nos processos de planificação municipal e distrital.

Neste quadro, a Revisão Local Voluntária (RLV) emerge como um instrumento estratégico para monitorar a implementação dos ODS ao nível territorial. A RLV permite avaliar progressos, identificar lacunas na produção estatística, mapear desafios institucionais e operacionais, fortalecer a coordenação entre sectores e promover uma cultura de planificação baseada em evidências. Para além disso, oferece um mecanismo de participação inclusiva, mobilizando instituições governamentais, organizações da sociedade civil, sector privado e comunidades para uma reflexão conjunta sobre prioridades e soluções na base de informação objectiva e actualizada.

O Distrito e Município de Nampula foi seleccionado para este exercício de RLV devido ao seu papel estratégico na província, à sua relevância socioeconómica, às dinâmicas demográficas em transformação e ao compromisso demonstrado na implementação dos instrumentos de planificação local, tais como o Plano Económico Social e Orçamento do Distrito (PESOD) e o Plano e Orçamento Autárquico (POA). A sua posição geográfica, a crescente pressão sobre os serviços sociais, a centralidade da agricultura familiar e as vulnerabilidades ambientais conferem ao território uma importância particular no contexto do desenvolvimento provincial e nacional. A RLV de Nampula representa, assim, uma oportunidade para consolidar diagnósticos e reforçar a capacidade de monitoria e reporte ao nível local.

O presente relatório baseia-se em fontes oficiais (balanços dos instrumentos de planificação local, estatísticas do INE e relatórios/balanços sectoriais) e contributos qualitativos recolhidos em consultas, workshops, entrevistas e grupos focais com actores governamentais, lideranças comunitárias, jovens, mulheres e representantes de grupos vulneráveis. Foram priorizados os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11, por reflectirem áreas directamente ligadas ao bem-estar da população e à provisão de serviços essenciais: redução da pobreza (ODS 1), segurança alimentar e agricultura (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), educação inclusiva e de qualidade (ODS 4), igualdade de género (ODS 5), acesso à água e saneamento (ODS 6), e urbanização inclusiva e resiliente (ODS 11). Estes ODS espelham as competências administrativas do governo distrital e municipal e os desafios prioritários para o desenvolvimento.

O relatório está estruturado em cinco capítulos principais. O Capítulo 1 apresenta os antecedentes e enquadramento nacional e global das RLVs. O Capítulo 2 caracteriza o território de Nampula, abordando aspectos geográficos, demográficos, económicos, sociais e institucionais que contextualizam a implementação dos ODS. O Capítulo 3 descreve a metodologia da RLV, incluindo processos de recolha, validação e análise de dados. O Capítulo 4 apresenta o diagnóstico detalhado dos ODS seleccionados, analisando tendências, desafios, oportunidades e indicadores disponíveis. O Capítulo 5 sintetiza as principais conclusões e formula recomendações orientadas para a aceleração local dos ODS.

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada pelos Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece um quadro global orientado para a erradicação da pobreza, a protecção do planeta e a promoção da prosperidade e da paz. O seu carácter universal exige não apenas compromissos a nível nacional, mas também a mobilização activa dos governos subnacionais, responsáveis pela implementação directa de grande parte das políticas públicas que afectam o bem-estar das populações. A concretização das metas globais depende, assim, da capacidade de integrar os ODS nos instrumentos de planificação, orçamentação e monitoria ao nível territorial — processo conhecido como localização dos ODS.

Em Moçambique, o Governo tem vindo a consolidar este compromisso através da incorporação sistemática dos ODS no Sistema Nacional de Planificação. Documentos estratégicos como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), o Programa Quinquenal do Governo (PQG), o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) e os instrumentos de planificação locais reflectem esta harmonização. Estes enquadramentos articulam-se, por sua vez, com outras agendas internacionais, como a Agenda 2063 da União Africana, consolidando uma visão coerente de desenvolvimento sustentável para o país.

A Reforma de Descentralização recente reforça ainda mais a centralidade dos governos locais — provinciais, distritais e autárquicos — na implementação dos ODS, ao transferir competências, recursos e responsabilidades que ampliam o seu papel na prestação de serviços públicos e na gestão do desenvolvimento territorial. A Revisão Nacional Voluntária (RNV) de 2020 já havia sublinhado a necessidade de fortalecer estas capacidades e melhorar os mecanismos de monitoria ao nível local. Neste contexto, as RLVs surgem como instrumentos estratégicos para avaliar, de forma participativa e contextualizada, os progressos e desafios na implementação dos ODS ao nível dos territórios.

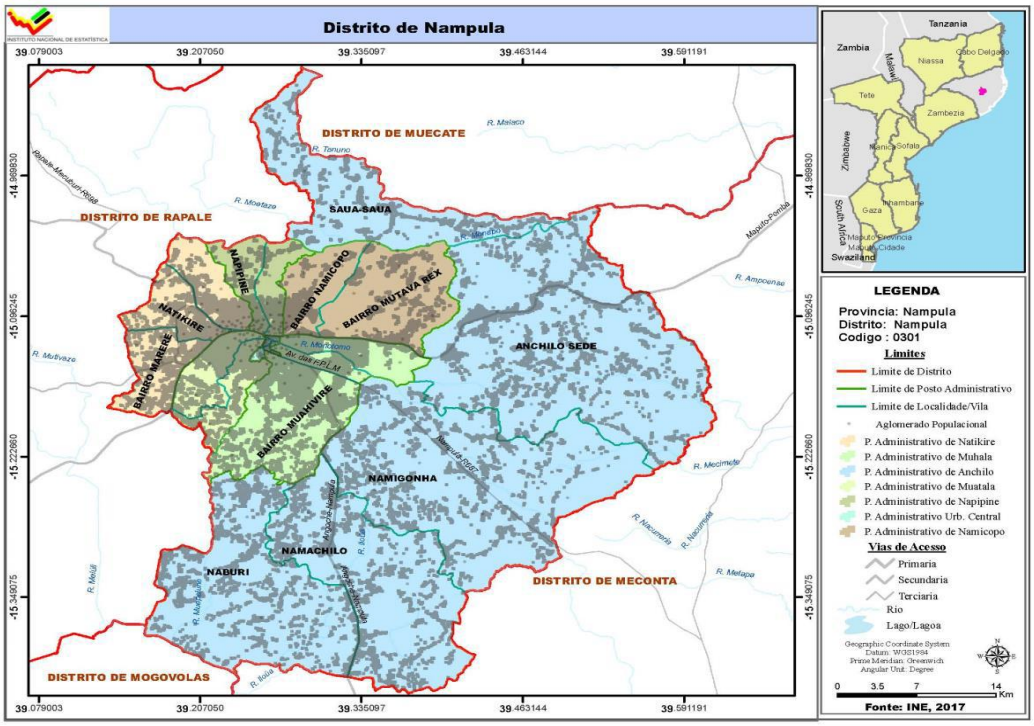
As RLVs permitem fortalecer a monitoria, melhorar a disponibilidade de dados, promover transparência e assegurar alinhamento entre os níveis local e nacional. Globalmente, mais de 200 governos locais de todos os continentes já realizaram exercícios deste tipo, demonstrando o seu valor como mecanismos de aprendizagem institucional e de aceleração dos ODS. Em Moçambique, o processo de ensaio metodológico das RLVs foi iniciado em 2024, numa parceria entre o MPD, a Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA/DSDG), o UN-Habitat e o PNUD. Para este projecto piloto foram seleccionados seis territórios locais, incluindo Nampula, com base em representatividade regional, sinergias com iniciativas de apoio ao desenvolvimento local e manifestação formal de interesse das lideranças distritais e municipais.

As RLVs pretendem ser instrumentos estruturados de monitoria, capazes de produzir diagnósticos localizados, reforçar sistemas de dados e propor estratégias de aceleração dos ODS, constituindo assim plataformas de aprendizagem institucional. Para o presente exercício foram seleccionados sete ODS prioritários — ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 — alinhados com desafios e prioridades identificados nos instrumentos de planificação local. Estes objectivos reflectem problemáticas críticas para o desenvolvimento territorial: pobreza multidimensional, insegurança alimentar, pressão sobre serviços básicos, desigualdades de género, expansão urbana desordenada e fragilidades estruturais nos sistemas de água e saneamento.

CAPÍTULO 2: CONTEXTO

O Distrito e o Município de Nampula localizam-se no Norte de Moçambique, integrando a Província de Nampula, a mais populosa do país, e assumem uma posição central no sistema urbano e administrativo da região Norte. Geograficamente, o território de Nampula ocupa uma área de cerca de 1.204 km² e tem como sede a Cidade de Nampula, que funciona simultaneamente como capital provincial, principal centro urbano da província e nó estratégico de articulação económica, logística e institucional. A sua localização no interior e centro da província, a cerca de 2.150 km de Maputo, confere-lhe um papel estruturante na ligação entre os distritos vizinhos e os principais corredores de circulação regional, nomeadamente os eixos que conectam o interior ao litoral e ao Corredor de Desenvolvimento de Nacala.

Do ponto de vista administrativo e territorial, o Distrito de Nampula apresenta uma configuração dual, distinguindo-se claramente entre uma componente urbana e outra rural. Encontra-se organizado em sete Postos Administrativos, dos quais seis são urbanos — Central, Napipine, Muhala, Muatala, Natikiri e Namicopo — que coincidem com a expansão e consolidação do espaço municipal, enquanto o Posto Administrativo de Anchilo constitui a componente rural do distrito, integrando cinco localidades. Esta estrutura reflecte uma forte concentração populacional e económica nos espaços urbanos e periurbanos, coexistindo com áreas rurais onde predominam actividades agrícolas de subsistência e maiores limitações no acesso a infraestruturas e serviços públicos.



Geograficamente, o território local de Nampula confina a norte com o Distrito de Muecate, a sul e a leste com o Distrito de Meconta e a oeste com o Distrito de Rapale, o que favorece intensos fluxos populacionais, comerciais e de serviços. Esta centralidade territorial reforça a pressão sobre a Cidade de Nampula enquanto principal polo de atracção migratória, contribuindo para um crescimento urbano acelerado e, muitas vezes, pouco planeado, com expansão de bairros periféricos caracterizados por défices de saneamento, drenagem, mobilidade urbana e ordenamento do território.

As características físico-climáticas do distrito são marcadas por um clima com duas estações bem definidas, uma seca e outra mais fria, com o período seco a estender-se, em geral, de Abril a Setembro e temperaturas médias que variam entre 25 e 32 graus centígrados. Estas condições influenciam os ciclos produtivos agrícolas, a disponibilidade de recursos hídricos e a incidência de doenças endémicas, sobretudo num contexto de elevada densidade populacional e urbanização rápida.

Em termos demográficos, o Distrito de Nampula destaca-se como o mais populoso da província. De acordo com as projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE) para 2025, a população distrital é estimada em 1.053.912 habitantes, dos quais cerca de 50,3% são mulheres e 49,7% homens, representando aproximadamente 7,6% da população total da província. A densidade populacional atinge cerca de 2.992 habitantes por km², uma das mais elevadas do país, evidenciando forte pressão sobre os recursos naturais, infraestruturas urbanas e serviços sociais básicos. A população é maioritariamente jovem, com predominância do uso do português como língua oficial e do Emakhua como língua local, reflectindo uma identidade sociocultural diversa e dinâmica.

Do ponto de vista socioeconómico, a economia do distrito caracteriza-se por uma forte predominância do sector informal, do comércio de pequena escala e da agricultura familiar, particularmente no Posto Administrativo rural de Anchilo e nas zonas periurbanas. Apesar da importância da Cidade de Nampula como centro de serviços, comércio e logística regional, uma parte significativa da população activa apresenta baixos níveis de rendimento e elevada vulnerabilidade económica, o que limita a capacidade de resposta dos agregados familiares a choques externos e acentua desigualdades sociais intraurbanas e entre o espaço urbano e rural.

O Município da Cidade de Nampula afirma-se como o principal centro urbano e económico da província, concentrando serviços administrativos, equipamentos sociais de nível regional, mercados formais e informais, infraestruturas de transporte e actividades comerciais e industriais. A cidade de Nampula desempenha um papel estratégico como centro logístico e comercial, articulada com o Corredor de Desenvolvimento de Nacala, um eixo que integra infraestruturas rodoviárias e ferroviárias que ligam o interior e o litoral e potenciam o comércio regional com países vizinhos como Malawi e Zâmbia. A presença de um aeroporto internacional e a proximidade a portos e corredores de transporte reforçam a importância económica do município no contexto regional.

No domínio económico, as estatísticas distritais confirmam que a maioria da população economicamente activa se encontra envolvida em actividades informais, comércio de pequena escala e agricultura de subsistência, sobretudo nas zonas periurbanas e no Posto Administrativo rural de Anchilo. Esta estrutura económica, caracterizada por baixos níveis de rendimento e reduzida diversificação produtiva, contribui para a persistência de vulnerabilidades socioeconómicas e limita a capacidade dos agregados familiares de responder a choques externos, como crises económicas ou eventos climáticos adversos (INE, 2025).

Assim, o contexto territorial, demográfico, socioeconómico e institucional do Distrito e Município de Nampula revela um território de elevada centralidade estratégica e importância regional, marcado por crescimento urbano acelerado, forte densidade populacional e dinâmicas económicas intensas, coexistindo com vulnerabilidades estruturais, desigualdades urbano-rurais e desafios persistentes na provisão de serviços básicos. Estes factores constituem elementos determinantes para a definição dos ODS priorizados na presente RLV e para a análise crítica dos progressos, limitações e desafios apresentados nos capítulos subsequentes.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

A metodologia adoptada para a elaboração do relatório da RLV foi estruturada em conformidade com as orientações globais das Nações Unidas e os instrumentos nacionais de planificação, incorporando princípios de rigor analítico, inclusão social, participação multissectorial e alinhamento com a Agenda 2030. O processo combinou gestão do conhecimento, recolha, análise de dados e participação, de modo a produzir um diagnóstico robusto e representativo das dinâmicas locais de implementação dos ODS.

A estratégia metodológica assentou na integração de três pilares complementares. O primeiro correspondeu à coordenação técnica e gestão do conhecimento, assegurada pelos consultores contratados pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) e pela UNDESA/ECA, responsáveis pelo enquadramento conceptual, harmonização de procedimentos e garantia da qualidade do processo. O segundo pilar correspondeu à recolha, organização e análise de dados, conduzida pelos Pontos Focais Locais (PFLs), Equipas Técnicas Locais (ETLs) e Pontos Focais Provinciais (PFPs), com apoio contínuo do consultor. O terceiro pilar assentou nos processos participativos locais — workshops multissetoriais, consultas temáticas e grupos focais comunitários — que permitiram integrar evidências qualitativas e assegurar que as percepções das partes interessadas fossem incorporadas no diagnóstico.

Fases e etapas da produção do relatório de RLV

A RLV foi estruturada em quatro fases interdependentes, combinando acções de gestão do conhecimento, apoio técnico, coordenação interinstitucional, recolha de evidências e processos participativos. Cada fase gerou resultados que fundamentava a seguinte, assegurando um ciclo contínuo de aprendizagem.

A fase de iniciação e planificação estratégica

A fase de iniciação e planificação estratégica marcou o arranque formal do processo de elaboração da RLV, estabelecendo os fundamentos institucionais, metodológicos e operacionais que orientaram todo o exercício de localização dos ODS. Um elemento central e inovador desta fase foi a criação de uma estrutura conjunta e unificada Distrito–Município, materializada através da articulação entre os serviços distritais e o Conselho Autárquico de Nampula. Esta abordagem permitiu superar a tradicional fragmentação institucional, promovendo uma leitura integrada do território e assegurando coerência entre as competências distritais e municipais na implementação da Agenda 2030.

Com base nas competências administrativas dos governos locais e nas áreas de actuação distrital e municipal, foram seleccionados os ODS mais relevantes para o território local. A partir dessas competências, e em alinhamento com as metas nacionais do Quadro Nacional de Indicadores (QNI) dos ODS em Moçambique, foram construídos quadros de indicadores estruturados com recurso a dados administrativos locais, estatísticas oficiais do INE, sistemas sectoriais de informação e políticas públicas em vigor. A definição dos indicadores finais resultou da triangulação entre estas referências técnicas e as prioridades identificadas pelas ETLs durante as consultas territoriais, garantindo que o diagnóstico reflectisse as especificidades socioeconómicas e institucionais do distrito.

Nesta fase foram igualmente realizadas acções de capacitação técnica, com os seguintes focos principais:

- Introdução à Agenda 2030 e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Uso de indicadores ODS e alinhamento com o Quadro Nacional de Indicadores;
- Metodologia a ser seguido no processo de localização dos ODS e produção do relatório de RLV;

- Integração dos ODS na planificação e monitoria local
- Abordagem de género, inclusão social e o princípio de “Não Deixar Ninguém para Trás” (NDNT).

Estas capacitações envolveram técnicos de diferentes sectores e níveis institucionais, reforçando capacidades locais para a recolha, análise e uso de dados, bem como para a apropriação do processo da RLV enquanto instrumento de governação local.

A fase de diagnóstico e recolha de dados

Esta fase teve como principal objectivo construir um retrato fiável, partilhado e contextualizado do estado de implementação da Agenda 2030 no território, combinando a revisão documental, capacitação técnica, workshops multissetoriais, consultas temáticas, grupos focais e organização da base de dados dos ODS.

O diagnóstico assentou, em primeiro lugar, numa revisão sistemática de fontes secundárias oficiais, com destaque para dados estatísticos e administrativos, nomeadamente:

- Instituto Nacional de Estatística (INE):
    - Folheto Estatístico Distrital de Nampula (edições mais recentes);
    - Projecções demográficas e dados censitários;
    - Estatísticas sectoriais (educação, saúde, água e saneamento, agricultura);
- Fontes do Governo Local:
    - PESOD e POA e os respectivos balanços semestrais e anuais;
    - Relatórios dos Serviços Distritais (SDEJT, SDSMAS, SDAE, SDPI);
- Documentos programáticos e estratégicos:
    - Planos sectoriais distritais e municipais;
    - Relatórios de projectos e parceiros de desenvolvimento;
- Relatórios de Organizações da Sociedade Civil (OSC) com actuação nos sectores sociais, ambientais e económicos;
- Fichas técnicas dos ODS e indicadores do Quadro Nacional de Indicadores (QNI).

Esta revisão permitiu identificar lacunas de informação, inconsistências entre fontes e áreas onde os dados administrativos existentes eram insuficientes ou desactualizados. Sempre que os dados secundários se revelaram incompletos, foram utilizados mecanismos de recolha primária e validação participativa, incluindo:

- 02 workshops multissectoriais presenciais, realizados entre 06 a 08 de Outubro de 2025, a nível local para consultas temáticas sectoriais (educação, saúde, agricultura, género, água e saneamento, urbanização), envolvendo cerca de 35 participantes, entre os quais, técnicos dos serviços distritais e municipais, sociedade civil, sector privado, líderes comunitários e religiosos.
- 04 grupos focais com grupos vulneráveis, incluindo mulheres, jovens, mulheres, jovens, pessoas com deficiência (PcDs) e idosos.

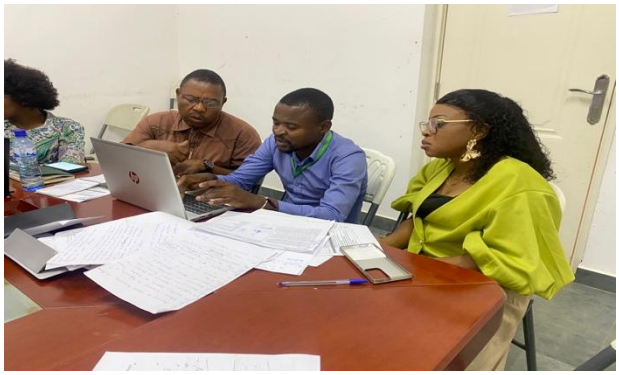
Estes encontros funcionaram simultaneamente como espaços de diálogo, aprendizagem e construção de consensos, reforçando o princípio de NDNT e fomentando uma visão territorial comum sobre a implementação dos ODS, através do cruzamento de dados estatísticos com evidências do terreno e percepções dos actores locais.

A metodologia interactiva combinou exposições plenárias, trabalhos de grupo e sessões de validação colectiva organizadas segundo os dois pilares estruturantes das RLV — Pessoas e Planeta.





Além disso, os workshops desempenharam um papel formativo, fortalecendo a capacidade técnica local para a monitoria, planificação e reporte dos ODS nos instrumentos (balanços do PESOD e POA) distritais e autárquicos.













O processo de diagnóstico permitiu identificar aprendizagens relevantes, destacando-se a importância da coordenação intersectorial na implementação dos ODS, a necessidade de melhorar a qualidade e a desagregação dos dados ao nível local, bem como o valor da participação comunitária na interpretação dos dados estatísticos. Evidenciou-se igualmente o papel da RLV como um instrumento estratégico de planificação, monitoria e prestação de contas, capaz de articular evidências técnicas com as realidades territoriais. Como resultado, os actores envolvidos assumiram compromissos claros, incluindo o interesse em institucionalizar a monitoria dos ODS ao nível distrital, a disponibilidade para reforçar a partilha de dados entre serviços e o reconhecimento da RLV como base para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e resilientes.

A fase de apoio técnico e redacção do relatório de RLV

A fase de redação e apoio técnico integrou sessões locais de interpretação de dados, produção e revisão de drafts, pré-validação distrital e formulação de recomendações e planos de acção. A análise empírica baseou-se em três blocos principais de fontes de dados. O primeiro integrou informações administrativas produzidas pelos sectores distritais, incluindo planos, relatórios, balanços de actividades dos diferentes sectores alvos nos sete ODS seleccionados. O segundo bloco reuniu estatísticas oficiais, como o Folheto Estatístico Distrital do INE, projecções demográficas 2017–2050 e dados sectoriais complementares. O terceiro bloco agregou fontes externas, incluindo estratégias sectoriais, relatórios internacionais, estudos académicos e dados fornecidos pelas OSCs/OCBs e ONGs locais.

Por seu turno as notas dos encontros com os Grupos Focais de Discussão (GFD) envolvendo os diferentes grupos vulneráveis permitiram captar percepções qualitativas, experiências vividas e prioridades comunitárias, enriquecendo a análise estatística com evidências sociais e territoriais. Os contributos dos GFD foram integrados como dimensão qualitativa da RLV, reforçando a legitimidade social do diagnóstico

A garantia de qualidade foi assegurada pelo alinhamento rigoroso com a metodologia adoptada, uso sistemático de verificações cruzadas, participação activa dos sectores distritais, aplicação transversal da abordagem baseada em direitos humanos e adopção do princípio NDNT. A validação social, técnica e institucional fortaleceu a credibilidade da análise e garantiu que a RLV reflectisse as realidades e prioridades do território. Este processo seguiu igualmente o princípio “Um Território, Um Processo, Um Produto”, reafirmando o compromisso com uma implementação inclusiva, participativa e territorializada da Agenda 2030 em Moçambique.

Limitações observadas

As limitações metodológicas observadas ao longo do processo de elaboração da RLV estiveram associadas à inconsistência, heterogeneidade e cobertura diferenciada das fontes de informação disponíveis ao nível distrital e municipal. Em vários sectores, os registos administrativos apresentavam lacunas, discrepâncias ou variações inesperadas, agravadas pela ausência de desagregações por género, idade e localidade e por divergências metodológicas entre dados sectoriais e estatísticas oficiais do INE. Estas limitações reflectem igualmente constrangimentos infraestruturais persistentes, como a forte dependência de registos manuais e a inexistência de sistemas interoperáveis de informação.

Por um lado, os dados estatísticos produzidos pelo INE resultam maioritariamente de inquéritos por amostragem, com escopos temporais e amostrais específicos, desenhados para garantir representatividade estatística a níveis agregados (nacional, provincial e, em alguns casos, distrital). Embora

metodologicamente rigorosos, estes inquéritos apresentam limitações inerentes ao seu carácter amostral, à periodicidade de recolha e ao nível de desagregação disponível, o que condiciona a sua utilização para análises muito focadas ao nível local.

Por outro lado, os dados sectoriais de natureza administrativa são recolhidos de forma contínua pelos planificadores locais e pelos prestadores de serviços distritais e municipais, com base em protocolos, instrumentos e metodologias de monitoria e avaliação definidos pelos ministérios centrais. Estes dados reflectem a execução quotidiana das políticas públicas e dos serviços, mas enfrentam limitações significativas, nomeadamente variações na qualidade dos registos, forte dependência de sistemas manuais e ausência de interoperabilidade entre as diferentes bases de dados sectoriais. Adicionalmente, persistem lacunas relevantes na desagregação da informação por género, idade e localidade, o que compromete a análise aprofundada e a tomada de decisão baseada em evidências.

A estes desafios somou-se a complexidade inerente ao sistema dual de governação local, marcado pela coexistência e sobreposição territorial de Governos Distritais e Conselhos Municipais, bem como pela fragmentação institucional de competências, sobretudo na área da governação urbana. Esta configuração institucional dispersa dificultou a coordenação, atrasou o fluxo de informação e limitou a harmonização de dados entre as diferentes entidades, exigindo um esforço acrescido de articulação técnica e política para garantir a coerência do relatório.

Estas diferenças exigiram um tratamento analítico cauteloso, evitando comparações directas não ajustadas e privilegiando leituras complementares da realidade territorial. Assim, para mitigar estes constrangimentos, recorreu-se à triangulação sistemática de fontes, à análise comparativa entre diferentes bases de dados, à realização de consultas adicionais para clarificação de inconsistências e à inclusão de notas metodológicas descritivas nas fichas de cada indicador dos ODS, assegurando transparência e rigor interpretativo.

Por fim, importa salientar que, estas imitações não invalidam os resultados da RLV, mas sublinham a importância de investimentos estruturais em sistemas de informação integrados, harmonização metodológica e capacitação técnica local, como condições essenciais para o fortalecimento futuro da monitoria dos ODS ao nível territorial.

CAPÍTULO 4: RELATÓRIO SOBRE OS ODS



Neste capítulo é apresentado o diagnóstico de cada um dos sete ODS selecionados para a RLV.

ODS 1: Erradicar a Pobreza

O ODS 1 visa “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” e constitui um dos desafios estruturais mais críticos para o desenvolvimento local no Distrito e Município de Nampula. Trata-se de um território onde a pobreza assume um carácter marcadamente multidimensional, combinando factores económicos, sociais, territoriais, institucionais e climáticos, fortemente condicionados pela elevada densidade populacional, pela urbanização acelerada e pela predominância de actividades económicas informais e de subsistência.

A implementação do ODS 1 em Nampula envolve directamente o Governo do Distrito, através do Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS) e do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), bem como o CMCN, no âmbito da acção social urbana, da provisão de serviços básicos, da promoção do emprego e do ordenamento territorial. Estas instituições actuam em articulação com o Instituto Nacional de Acção Social (INAS), responsável pela coordenação dos programas de protecção social básica, e com outros sectores governamentais e parceiros de desenvolvimento. As intervenções no território abrangem transferências monetárias para agregados familiares vulneráveis, apoio alimentar, capacitação profissional, acesso à saúde primária e à educação básica, bem como apoio psicossocial.

A nível nacional, o ODS 1 é operacionalizado por instrumentos estratégicos como o Plano Quinquenal do Governo (PQG), a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025–2044) e a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica, que definem como prioridades a redução da pobreza absoluta, a promoção da inclusão produtiva, o reforço da protecção social e o aumento da resiliência das populações vulneráveis. No plano local, estas orientações são territorializadas através do Plano Económico e Social do Distrito (PESOD) e do Plano Quinquenal Autárquico 2024–2028 e Plano e Orçamento Autárquico (POA) do Município de Nampula, que priorizam a dinamização da economia local, o apoio à agricultura familiar, a promoção do auto-emprego, a assistência social e o acesso a serviços básicos.

Os dados estatísticos e os instrumentos de planificação local evidenciam que uma parte significativa dos agregados familiares em Nampula depende de actividades económicas de baixa produtividade, nomeadamente a agricultura familiar de subsistência (sobretudo no Posto Administrativo rural de Anchilo), o comércio informal urbano, a prestação ocasional de serviços e o auto-emprego precário. Esta estrutura produtiva revela uma base económica pouco diversificada, fortemente vulnerável a choques externos, incluindo a variabilidade climática, a ocorrência de pragas agrícolas, o aumento dos preços dos alimentos e a instabilidade dos rendimentos urbanos informais.

Apesar dos esforços em curso, a cobertura dos serviços associados ao ODS 1 permanece desigual, com maior concentração nas zonas urbanas e lacunas significativas nas áreas rurais e periurbanas. A população

beneficiária inclui sobretudo famílias em situação de extrema pobreza, crianças órfãs e vulneráveis, idosos sem rendimento e mulheres chefes de família, grupos que continuam expostos a elevados níveis de vulnerabilidade económica e social. Persistem ainda lacunas importantes, nomeadamente a ausência de serviços especializados para PcD e idosos, a insuficiência de dados actualizados para o mapeamento da pobreza multidimensional e a fraca articulação intersectorial, factores que limitam a eficácia e o alcance das políticas de combate à pobreza e reforçam o risco de exclusão de determinados grupos.

Os indicadores seleccionados no âmbito do quadro de indicadores deste ODS evidenciam a magnitude dos desafios associados ao a pobreza no território local de Nampula, conforme a tabela que se segue.

Tabela 1: Quadro de indicadores do ODS 1

Objectivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 1.3 Implementar, ao nível nacional, medidas e sistemas de protecção social adequados, para todos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis			
1.3.1_NM_1 Percentagem de pessoas beneficiadas com a cesta básica	20%	Balanço do Governo	Cobertura limitada para crianças, idosos, mulheres chefes de família e pessoas com deficiência
1.3.1_NM_3 Percentagem do orçamento destinado a proteção social	3%	Balanço do Governo	Programas existentes dependem fortemente de apoio de doadores internacionais
1.3.1_NM_4 Número de crianças em situacão de pobreza recebendo pelo menos 3 serviços básicos	1168	Balanço do Governo	O número reflecte intervenções combinadas nos sectores de educação, saúde e acção social; contudo, a cobertura permanece limitada face à dimensão estimada da pobreza infantil no território.
1.3.1_NM_5 Número de crianças vivendo nos centros de acolhimento privados reunificadas nas famílias	18400	Balanço do Governo	O elevado número de reunificações familiares resulta de esforços coordenados entre serviços distritais, organizações da sociedade civil e líderes comunitários.
1.3.1_NM_6 Número de crianças assistidas pelos Comités Comunitários de Protecção a Criança (CCPC)	18400	Balanço do Governo	
1.3.1_NM_7 Número de crianças com necessidades educativas especiais atendidas nos Centros Infantis privados e nas Escolinhas Comunitárias	150	Balanço do Governo	A cobertura é reduzida face à procura existente, reflectindo insuficiência de infra-estruturas inclusivas, recursos pedagógicos especializados e pessoal qualificado.
1.3.1_NM_8 Número de agregados familiares e indivíduos beneficiários dos Programas de Protecção Social Básica (PSSB, PASP, PASD, PAUS e PROSAS)	6000	Balanço do Governo	Os programas contribuem para mitigar a pobreza extrema, porém a cobertura é insuficiente e fortemente condicionada por critérios de elegibilidade restritivos e limitações orçamentais.
1.3.1_NM_9 Número de centros de apoio ao idoso, infantários, centros de acolhimento à criança em situação difícil e centros de trânsito criados	2	Balanço do Governo	A existência de apenas dois centros evidencia um défice significativo de infra-estruturas sociais para responder à crescente procura de serviços de apoio a grupos vulneráveis.
Meta 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a serviços básicos, controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças			
1.4.MZ_1 Número de titulos de DUATs emitidos para singulares	50	Balanço do Governo	Mulheres, jovens e famílias vulneráveis ainda têm acesso limitado
1.4.MZ_1_NM_1 Número de DUATs emitidos e homologados	50	Balanço do Governo	A emissão de DUATs permanece limitada, com entraves administrativos e custos associados ao processo.
1.4.MZ_1_NM_2 Número de Planos de Estrutura Urbana elaborados	1	Balanço do Governo	Instrumento importante para o ordenamento territorial inclusivo e de promoção do acesso equitativo à terra e serviços urbanos.
1.4.MZ_1_NM_3 Número de áreas comunitárias delimitadas e certificadas	0	Balanço do Governo	A inexistência de áreas comunitárias formalmente delimitadas reflecte constrangimentos técnicos, financeiros e institucionais no processo de reconhecimento dos direitos colectivos à terra.
Meta 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais			
1.5.4 % de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030	100%	Balanço do Governo	Todos Governos locais Implementam
1.5.4_ NM_1 Áreas em risco de desastres mapeados	23	Balanço do Governo	O mapeamento constitui um avanço importante para a gestão de riscos.
1.5.4_ NM_2 Número de infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos construídas	1	Balanço do Governo	A infraestrutura existente é insuficiente para responder às necessidades actuais, limitando a redução de riscos ambientais e sanitários associados à pobreza urbana e periurbana.
1.5.4_ NM_3 Número de infraestruturas resilientes construídas (desagregação em casas, Escolas, Salas de aulas, Centros de saúde e outras)	0	Balanço do Governo	Falta de planejamento urbano resiliente e normas de construção adaptadas ao clima.

No domínio da protecção social (Meta 1.3), apesar da existência de programas de assistência social básica, nomeadamente subsídios sociais básicos, apoio a idosos, PcD e agregados familiares vulneráveis, a

cobertura efectiva permanece insuficiente face à dimensão real da população em situação de pobreza e vulnerabilidade em Nampula. apenas 20% da população vulnerável beneficia da cesta básica, o que demonstra um impacto relevante para os agregados abrangidos, mas claramente insuficiente face à magnitude da pobreza existente. Esta limitação é reforçada pelo facto de apenas 3% do orçamento público estar alocado à protecção social, com forte dependência de financiamento externo, tornando os programas vulneráveis a choques financeiros e à volatilidade do apoio dos doadores.

Apesar disso, registam-se resultados positivos em intervenções dirigidas à infância, como o apoio integrado a 1 168 crianças em situação de pobreza com acesso combinado a serviços básicos e os esforços de reunificação familiar, que abrangem 18 400 crianças, reflectindo uma mobilização efectiva dos serviços distritais, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias. Contudo, a cobertura de serviços especializados permanece reduzida, como demonstra o atendimento de apenas 150 crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), evidenciando um défice significativo de infraestruturas inclusivas e de recursos humanos qualificados, bem como a existência de apenas dois centros de apoio social, claramente insuficientes para responder à procura crescente.

Relativamente à Meta 1.4, o acesso a recursos económicos e a serviços básicos apresenta avanços desiguais. Embora se observe um aumento do acesso individual à terra em algumas zonas, persistem fragilidades no ordenamento territorial urbano, na segurança da posse nos bairros informais e na disponibilidade de infraestruturas básicas, o que limita o potencial de inclusão económica e agrava as desigualdades sociais. No meio urbano, a pobreza manifesta-se sobretudo através da precariedade habitacional, do desemprego juvenil, do subemprego informal e do acesso limitado a serviços urbanos essenciais. A emissão de apenas 50 DUATs para singulares, sem avanços na delimitação de áreas comunitárias certificadas, evidencia entraves administrativos, financeiros e institucionais que restringem o acesso à terra, particularmente para mulheres, jovens e famílias vulneráveis.

O reforço da resiliência face a choques económicos, sociais e climáticos (Meta 1.5) constitui uma das fragilidades mais críticas do território de Nampula. Por um lado, regista-se uma cobertura formal de 100% dos governos locais na adopção de estratégias de redução do risco de desastres, alinhadas com o Marco de Sendai, bem como o mapeamento de 23 áreas de risco, o que constitui um avanço relevante para a gestão preventiva. Por outro lado, a inexistência de infraestruturas resilientes construídas e a presença de apenas uma infraestrutura de gestão de resíduos sólidos revelam fragilidades significativas na materialização dessas estratégias, limitando a capacidade efectiva de reduzir a vulnerabilidade das populações pobres, sobretudo em zonas urbanas e periurbanas.

A elevada dependência da agricultura de sequeiro, a exposição a eventos climáticos extremos, a ocorrência recorrente de surtos de doenças e a ausência de infraestruturas urbanas resilientes aumentam a vulnerabilidade dos agregados familiares pobres, reduzindo a sua capacidade de absorver choques e perpetuando ciclos de pobreza intergeracional. A maioria da população activa encontra-se empregada no sector informal, caracterizado por baixos rendimentos, ausência de protecção social contributiva e elevada instabilidade. Esta realidade afecta de forma particularmente severa os jovens, as mulheres e as PcD, que enfrentam maiores barreiras de acesso ao emprego digno, ao crédito e à formação profissional.

Outrossim, os GFDs consultados no âmbito deste exercício associaram a pobreza não apenas à falta de rendimento, mas também à insegurança, à corrupção e à exclusão sistemática dos serviços públicos. Nos bairros periféricos, relataram a presença de grupos criminosos, vulgos “homens catanas” que cobram

valores monetários às famílias e pequenos empresários, agravando os encargos económicos dos agregados mais pobres. A falta de habitação própria foi apontada como uma consequência directa da pobreza juvenil, com muitos jovens adultos a permanecerem dependentes das famílias por ausência de oportunidades económicas. Apesar do reconhecimento de alguns programas de apoio à juventude, os participantes sublinharam que os benefícios não alcançam a maioria.

De forma transversal, os grupos vulneráveis relataram sentir-se excluídos dos processos de decisão, com fraca ou inexistente participação efectiva em reuniões comunitárias e consultas públicas. Mesmo quando convocados, afirmaram que as suas preocupações raramente são consideradas, o que enfraquece a confiança nas instituições e limita a adequação das respostas às realidades da pobreza vivida. A ausência de mecanismos transparentes, acessíveis e contínuos de escuta foi apontada como um factor central para que muitos fiquem sistematicamente "para trás".

Portanto, a análise do ODS 1 no território local de Nampula evidencia que a pobreza assume um carácter multidimensional, ancorado numa base económica pouco diversificada, na predominância do sector informal, na vulnerabilidade climática e em fragilidades institucionais que limitam o alcance e a eficácia das políticas públicas. Apesar da existência de programas de protecção social e de alguns avanços na gestão do risco de desastres e no apoio à infância, a cobertura permanece insuficiente e desigual, com lacunas críticas no acesso à terra, aos serviços especializados, à protecção social adequada e a infraestruturas resilientes, afectando de forma desproporcional mulheres, jovens, pessoas com deficiência e agregados urbanos e rurais vulneráveis. Neste contexto, a erradicação da pobreza em Nampula exige uma abordagem integrada, que reforce a inclusão produtiva, a protecção social sustentável, a resiliência climática, a segurança urbana e a participação efectiva das comunidades nos processos de decisão, de modo a quebrar os ciclos de pobreza e exclusão persistentes.

ODS 2: Erradicar a Fome

O ODS 2 propõe "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável" até 2030. No território local de Nampula, este objectivo constitui um componente central de desenvolvimento local, uma vez que a maioria da população, especialmente nas zonas peri-urbanas e rurais, depende directa ou indirectamente da agricultura familiar para a subsistência, rendimento e segurança alimentar. A implementação do ODS 2 envolve, a nível local, o SDAE, o SDSMAS, o CMCN e as estruturas comunitárias de agricultores familiares, no quadro das políticas e programas nacionais de desenvolvimento agrário, extensão rural e segurança alimentar.

A nível nacional, o ODS 2 é operacionalizado através de instrumentos estratégicos como o PQG, a ENDE 2025–2044, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) e os programas de extensão rural e segurança alimentar, em coordenação com o SETSAN (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional). Em Nampula, estas orientações são refletidas nos planos locais de desenvolvimento (PESOD e POA), que reconhecem a agricultura familiar como eixo para a geração de rendimento, a promoção da segurança alimentar e a melhoria nutricional das famílias.

A implementação deste ODS no território local de Nampula tem sido apoiada por acções de assistência técnica aos produtores nos domínios da produção agrícola e pecuária, mecanização e comercialização.

Estes serviços são assegurados pelas entidades públicas que prestam apoio directo aos agricultores familiares, desempenhando um papel central no reforço das capacidades produtivas locais. Paralelamente, os prestadores privados têm assumido uma função estratégica na melhoria das infraestruturas produtivas, no acesso a novos mercados, na geração de emprego e na dinamização das cadeias de valor agrícolas, contribuindo para a redução da fome e da desnutrição através do aumento da produção e renda das famílias rurais.

A análise deste ODS no território do Distrito e Município de Nampula, com base nas metas e indicadores disponíveis, revela um quadro marcado por desafios estruturais persistentes na erradicação da fome, na segurança alimentar e nutricional e na promoção de uma agricultura sustentável, apesar de alguns esforços relevantes no domínio da extensão rural e da sensibilização comunitária.

Tabela 2: Quadro de indicadores do ODS 2

Objectivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.			
2.1.MZ_1 Prevalência de desnutrição crónica	Urbana-20% Rural 30% Total 525%	SDAE	A desnutrição crónica é mais acentuada nas zonas rurais, associada à insegurança alimentar persistente, pobreza estrutural, fraca diversificação alimentar e acesso limitado a serviços básicos de saúde e saneamento.
2.1.MZ_1_NM_1 Número de pessoas beneficiadas pelas palestras sobre educação nutricional usando produtos locais	9857	SDAE	As acções de educação nutricional contribuem para a melhoria dos hábitos alimentares, contudo o seu impacto é condicionado pela disponibilidade sazonal de alimentos e pelo poder de compra das famílias.
Meta 2.3 Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de geração de renda e de emprego não agrícola.			
2.3.MZ_2 Renda média de produtores de alimentos do sector familiar, por sexo.	Urbana-1 000 Rural 1 200 Total 1 150	SDAE	Os dados indicam variações entre zonas urbanas e rurais, reflectindo desigualdades no acesso a mercados, insumos produtivos, assistência técnica e infra-estruturas de apoio à produção.
2.3.MZ_2_NM_1 Número de DUATs para fins de actividade agrícola entregues a camponeses ou cooperativas	-	SDAE	A ausência de dados sistematizados limita a avaliação do acesso seguro à terra, constituindo um constrangimento relevante para a produtividade e o investimento agrícola.
2.3.MZ_2_NM_2 Número de produtores beneficiados de sementes melhoradas	-	SDAE	A inexistência de dados consolidados reflecte fragilidades nos sistemas de registo e monitoria da distribuição de insumos agrícolas.
2.3.MZ_2_NM_3 Número de produtores assistidos em actividades de produção pecuária	9 857	SDAE	A assistência concentra-se sobretudo em acções de sensibilização e apoio básico, sendo limitada por fraca cobertura dos serviços veterinários.
2.3.MZ_2_NM_4 Número de produtores assistidos em actividades de produção agrícola	9 857	SDAE	O número elevado de produtores assistidos demonstra esforço de extensão rural, embora com impacto desigual na produtividade devido à limitação de insumos e tecnologias apropriadas.
2.3.MZ_2_NM_5 Kilogramas de sementes melhoradas disponibilizadas aos produtores	1 000	SDAE	A quantidade distribuída é insuficiente para cobrir a totalidade dos produtores assistidos, limitando ganhos significativos de produtividade.
2.3.MZ_2_NM_6 Percentagem de Agricultores que praticam técnicas de Agricultura de Conservação	9 857	SDAE	A adopção das práticas resulta sobretudo de campanhas de sensibilização, mas enfrenta desafios relacionados com custos iniciais e conhecimento técnico especializado.
2.3.MZ_2_NM_7 Número de Agricultores com acesso aos equipamentos agrícolas e suplementos	1 500	SDAE	O acesso permanece restrito a uma parcela reduzida dos produtores, reforçando desigualdades na capacidade produtiva.
2.3.MZ_2_NM_8 Taxa de cobertura dos serviços de veterinária	0	SDAE	A inexistência de serviços veterinários estruturados compromete a sanidade animal e o desenvolvimento sustentável da pecuária local.
2.3.MZ_2_NM_9 Número de auto-empregos criados em actividades de produção agrária e pecuária	85	SDAE	A criação de auto-empregos é positiva, mas insuficiente face ao potencial do sector agrícola como motor de geração de renda.
2.3.MZ_2_NM_11 Número de infra estruturas de comercialização agrícola construídas e reabilitadas	0	SDAE	A inexistência de infra-estruturas de comercialização limita o escoamento da produção, o acesso a mercados e a valorização dos produtos locais.
2.3.MZ_2_NM_12 Número de produtores agrícolas e pecuários com acesso aos servicos financeiros	1 500	SDAE	O acesso ao crédito agrícola permanece reduzido, sobretudo para pequenos produtores e mulheres, devido a exigências formais e fraca inclusão financeira rural.
Meta 2.a Aumentar o investimento, inclusive por via do reforço da cooperação internacional, em infraestruturas rurais, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos			
2.a.MZ_1 Percentagem do orçamento da agricultura no orçamento global do estado	4%	INE	O nível de investimento permanece abaixo das necessidades do sector, limitando a expansão de infra-estruturas, inovação tecnológica e serviços de extensão.
2.a.MZ_1_NP_1 Número de Extensionistas Agrícolas admitidos	0	SDAE	A ausência de novos extensionistas compromete a cobertura e a qualidade da assistência técnica aos produtores.
2.a.MZ_1_NP_2 Número de Extensionistas Pecuários admitidos	0	SDAE	A falta de recursos humanos especializados agrava as fragilidades do subsector pecuário.
2.a.MZ_1_NP_3 Área irrigada infra-estruturada (ha)	0	SDAE	O distrito não dispõe de regadios, tornando a produção agrícola altamente dependente das chuvas.
2.a.MZ_1_NP_4 Número de produtores assistidos em produção pecuária	9 857	SDAE	A assistência prestada incidiu maioritariamente em acções de sensibilização, aconselhamento técnico básico e campanhas pontuais.
2.a.MZ_1_NP_5 Número de produtores assistidos em produção agrícola	9 857	SDAE	O apoio aos produtores agrícolas concentrou-se em actividades de extensão rural e orientação técnica geral.
2.a.MZ_1_NP_6 Hectares de regadios construídos	0	SDAE	A inexistência de novos regadios limita a intensificação e a resiliência da produção agrícola.
2.a.MZ_1_NP_7 Hectares de regadios reabilitados	0	SDAE	A ausência de reabilitação reflecte a inexistência de infra-estruturas de irrigação pré existentes.

No que respeita à Meta 2.1, que visa acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes ao longo do ano, os dados indicam níveis preocupantes de desnutrição crónica, particularmente nas zonas rurais. A prevalência da desnutrição crónica atinge 30% nas áreas rurais, comparativamente a 20% nas zonas urbanas, evidenciando desigualdades territoriais associadas à insegurança alimentar persistente, à pobreza estrutural, à fraca diversificação alimentar e ao acesso limitado a serviços básicos de saúde e saneamento. Estes dados confirmam que a fome e a má nutrição continuam a afectar de forma desproporcional as populações rurais e os grupos mais vulneráveis, incluindo crianças.

As acções de educação nutricional alcançaram 9 857 pessoas, promovendo o uso de produtos locais e a melhoria dos hábitos alimentares. Contudo, o impacto destas iniciativas permanece condicionado pela disponibilidade sazonal de alimentos e pelo reduzido poder de compra das famílias, o que limita a sua eficácia estrutural na redução da desnutrição.

Relativamente à Meta 2.3, que estabelece o objectivo de duplicar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, os indicadores disponíveis evidenciam avanços modestos e fragilidades significativas. A renda média dos produtores do sector familiar situa-se em níveis baixos, com variações entre zonas urbanas e rurais, reflectindo desigualdades no acesso a mercados, insumos produtivos, assistência técnica e infraestruturas de apoio à produção. Estas disparidades territoriais comprometem o potencial da agricultura familiar como motor de geração de renda e de melhoria das condições de vida. A ausência de dados sistematizados sobre a atribuição de DUATs para fins agrícolas constitui um constrangimento relevante, na medida em que limita a avaliação do acesso seguro à terra, factor central para o investimento produtivo e o aumento da produtividade agrícola.

A assistência técnica aos produtores apresenta uma cobertura relativamente elevada em termos absolutos, com 9.857 produtores assistidos tanto em actividades de produção agrícola como pecuária. Este esforço demonstra uma presença activa dos serviços de extensão rural, apesar de o impacto efectivo na produtividade ser limitado pela insuficiência de insumos, tecnologias apropriadas e serviços de apoio especializados. A distribuição de apenas 1000Kg de sementes melhoradas revela-se claramente insuficiente face ao número de produtores assistidos, restringindo ganhos significativos de produtividade. De igual modo, o acesso a equipamentos agrícolas e suplementos beneficia apenas 1 500 agricultores, reforçando desigualdades na capacidade produtiva entre os produtores.

A adopção de práticas de Agricultura de Conservação, embora promovida através de campanhas de sensibilização, enfrenta desafios relacionados com os custos iniciais de implementação e com a necessidade de conhecimento técnico especializado, o que limita a sua generalização e sustentabilidade a médio prazo. No subsector pecuário, a inexistência de serviços veterinários estruturados, reflectida numa taxa de cobertura de 0%, compromete seriamente a sanidade animal, a produtividade e o desenvolvimento sustentável da pecuária local, agravando a vulnerabilidade dos produtores que dependem desta actividade como complemento alimentar e fonte de rendimento.

No domínio da geração de emprego e diversificação dos meios de subsistência, a criação de 85 auto-empregos em actividades agrícolas e pecuárias constitui um resultado positivo, mas claramente insuficiente face ao potencial do sector agrário para absorver mão-de-obra e dinamizar a economia local.

Outrossim, inexistência de infraestruturas de comercialização agrícola construídas ou reabilitadas representa um entrave crítico ao escoamento da produção, ao acesso a mercados e à valorização dos produtos locais, reduzindo os incentivos ao aumento da produção e à diversificação produtiva.

No que concerne à Meta 2.a, relativa ao aumento do investimento em infraestruturas rurais, pesquisa, extensão agrícola e desenvolvimento tecnológico, os dados revelam limitações estruturais significativas. A percentagem do orçamento da agricultura no orçamento global do Estado situa-se em 4%, um nível considerado insuficiente para responder às necessidades do sector, expandir infraestruturas produtivas e fortalecer os serviços de extensão. A ausência de admissão de novos extensionistas agrícolas e pecuários compromete a cobertura, a qualidade e a sustentabilidade da assistência técnica prestada aos produtores. Adicionalmente, a inexistência de áreas irrigadas infraestruturadas, bem como a ausência de construção ou reabilitação de regadios, torna a produção agrícola altamente dependente das chuvas, aumentando a vulnerabilidade aos choques climáticos e limitando a intensificação produtiva e a resiliência dos sistemas agrícolas locais.

No âmbito dos esforços para alcançar as metas do ODS 2, foram realizadas diversas actividades orientadas para a melhoria da segurança alimentar e nutricional e para a redução da desnutrição crónica. Destacam-se os treinamentos de promotores comunitários em matéria de nutrição, realizados nas cinco localidades do distrito, bem como palestras de sensibilização sobre nutrição, água, higiene e saneamento do meio. Estas acções visam reforçar o conhecimento das famílias sobre práticas alimentares adequadas, prevenção de doenças e melhoria das condições de saúde, complementando as intervenções de carácter produtivo.

Adicionalmente, foram promovidas iniciativas de poupança comunitária e de fortalecimento organizacional, com enfoque na inclusão das mulheres em cargos de chefia nas associações agropecuárias e de poupança. Estas acções integram uma abordagem de género e inclusão social que reconhece o papel central das mulheres na produção agrícola, na gestão alimentar dos agregados familiares e na promoção da segurança nutricional. Paralelamente, têm sido desenvolvidas acções para envolver os homens nas actividades sociais e domésticas, como o acompanhamento das crianças às unidades sanitárias e a partilha de tarefas domésticas, bem como para a desmistificação de tabus relacionados com a alimentação, saúde e papéis de género. Estas iniciativas contribuem para um ambiente social mais favorável à melhoria da nutrição, à equidade de género e ao alcance das metas do ODS 2.

Em síntese, a análise do ODS 2 em Nampula evidencia que, apesar do papel central da agricultura familiar e dos esforços em extensão rural, educação nutricional e organização comunitária, a erradicação da fome e a segurança alimentar continuam fortemente condicionadas por fragilidades estruturais na produtividade, na renda dos pequenos produtores e no acesso equitativo a alimentos nutritivos. Os elevados níveis de desnutrição crónica, sobretudo nas zonas rurais, a baixa diversificação alimentar, a limitada disponibilidade de insumos, a inexistência de infraestruturas de irrigação, comercialização e serviços veterinários, bem como o reduzido investimento público no sector agrário, comprometem a sustentabilidade dos sistemas alimentares e a resiliência face aos choques climáticos. Neste contexto, o alcance do ODS 2 no território local de Nampula exige uma abordagem que articule aumento do investimento agrícola, reforço da extensão e dos serviços de apoio à produção, promoção da nutrição e da igualdade de género e fortalecimento das cadeias de valor locais, de modo a assegurar segurança alimentar duradoura e melhoria efectiva das condições de vida das famílias.

ODS 3: Saúde de Qualidade

O ODS 3 visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, sendo um pilar essencial do desenvolvimento humano no território local de Nampula. A operacionalização deste ODS em Nampula é liderada pelo SDSMAS, em articulação com as unidades sanitárias, Agentes Polivalentes Elementares (APEs), organizações comunitárias e parceiros de cooperação públicos e privados. Esta actuação enquadra-se nos Planos Estratégicos do Sector da Saúde e no funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, que orientam a expansão da rede sanitária, o reforço dos cuidados primários e a melhoria dos serviços de saúde materno-infantil e de controlo das doenças transmissíveis.

No território local de Nampula, as prioridades do sector da saúde têm-se concentrado no fortalecimento da atenção primária à saúde, reconhecida como elemento estruturante para a prevenção de doenças, a promoção de comportamentos saudáveis e a redução da pressão sobre os serviços de referência. A redução da morbilidade e mortalidade materna, neonatal e infantil assume particular centralidade, através do reforço dos cuidados obstétricos de emergência, da capacitação de parteiras e da realização de campanhas de sensibilização comunitária. Estas intervenções articulam-se com a promoção da saúde sexual e reprodutiva, especialmente entre adolescentes e jovens, grupo particularmente exposto a riscos associados à gravidez precoce, às infecções sexualmente transmissíveis e a barreiras socioculturais no acesso à informação e aos serviços de saúde.

Paralelamente, o sector tem investido no reforço da vigilância epidemiológica, com enfoque em doenças prioritárias como a malária, HIV/SIDA, tuberculose, sarampo, cólera, poliomielite e situações de desnutrição, que continuam a representar uma carga significativa para o sistema de saúde local. No domínio preventivo, destaca-se a expansão das campanhas de vacinação, incluindo acções específicas contra o sarampo, HPV, poliomielite, cólera e malária, que têm contribuído para o aumento da cobertura vacinal em crianças menores de cinco anos, aproximando os indicadores das metas nacionais. Estas iniciativas são complementadas por campanhas comunitárias de saúde – feiras de saúde, clínicas móveis, brigadas móveis e acções de educação sanitária – que desempenham um papel relevante na disseminação de informação sobre prevenção, higiene, nutrição e uso adequado dos serviços de saúde, sobretudo em zonas rurais e periurba.

A integração da acção social no sector da saúde constitui igualmente um elemento estruturante da resposta local ao ODS 3, através do apoio a famílias vulneráveis com serviços de protecção social e nutrição. Esta abordagem reconhece a interdependência entre saúde, pobreza e exclusão social, procurando responder de forma mais abrangente às necessidades de mulheres, crianças, idosos e pessoas com doenças crónicas. Apesar destes avanços, a análise dos indicadores do ODS 3 evidencia a persistência de desafios estruturais relacionados com a elevada carga de doenças transmissíveis, limitações na cobertura universal de saúde e défices significativos de recursos humanos no sector.

No que se refere à Meta 3.3, relativa ao combate às principais epidemias, os dados revelam que o HIV/SIDA continua a exercer forte pressão epidemiológica no território. O elevado número de novas infecções (100 677) reflecte a persistência da transmissão comunitária, associada a vulnerabilidades socioeconómicas, desigualdades no acesso à informação e dificuldades na adesão consistente às medidas de prevenção. Em

contrapartida, observa-se uma expansão relevante do acesso ao tratamento antiretroviral, com 56 498 adultos e 4 852 crianças em TARV, demonstrando a capacidade do sistema de saúde em assegurar o tratamento e reduzir a mortalidade associada ao HIV. A capacitação de 96 profissionais de saúde em matérias de prevenção constitui um avanço importante, embora insuficiente face à magnitude da epidemia, limitando a intensificação de acções preventivas, sobretudo ao nível comunitário.

Tabela 3: Quadro de indicadores do ODS 3

Objectivo 3. Assegurar umxaa vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis			
3.3.1 Número de novas infecções de HIV por 1000 habitantes não-infectados, por sexo, idade e população-chave	100 677	SDSMAS	O número elevado de novas infecções reflecte a persistência da transmissão comunitária do HIV, associada a factores como baixa adesão a medidas de prevenção e vulnerabilidades socioeconómicas.
3.3.1_NM_2 Número de Crianças em tratamento antiretroviral (TARV)	4 852	SDSMAS	O número de crianças em TARV indica avanços na resposta pediátrica ao HIV, embora persistam desafios na identificação precoce de casos, adesão ao tratamento e seguimento contínuo.
3.3.1_NM_3 Número de Adultos em tratamento antiretroviral (TARV)	56 498	SDSMAS	O número de adultos em TARV demonstra expansão do acesso ao tratamento, embora persistam desafios relacionados com retenção em cuidados e adesão terapêutica.
3.3.1_NM_4 Número de Profissionais de Saúde (PS) capacitados e formados em matérias de prevenção do HIV	96	SDSMAS	A capacitação de profissionais de saúde constitui um pilar essencial da resposta ao HIV, mas o número registado ainda é insuficiente face à elevada incidência e à necessidade de reforçar intervenções.
3.3.1_NM_5 Número de pacientes diagnosticados com Tuberculose	2 161	SDSMAS	A tuberculose mantém-se como problema relevante de saúde pública, associada a contextos de pobreza, desnutrição e coinfecção com HIV.
3.3.1_NM_6 Número de Pacientes coinfectados com TB/HIV em TARV	810	SDSMAS	A coinfecção TB/HIV continua a exigir integração do diagnóstico e tratamento para reduzir mortalidade e abandono terapêutico.
3.3.3 Incidência de malária por 1.000 habitantes	631/1000hab	SDSMAS/boletim epidemiologico	Dados referentes ao primeiro trimestre de 2025, confirmando a elevada endemicidade da malária no território.
3.3.3_NM_1 Número de famílias beneficiadas com redes mosqueteiras	628 198	SDSMAS	A ampla distribuição de redes mosquiteiras constitui uma das principais medidas preventivas.
3.3.3_NM_2 Número de mulheres gravidas que recebem pelo menos uma rede mosquiteira nas consultas pre-natais	44 680	SDSMAS	A cobertura nas consultas pré-natais contribui para a protecção de mulheres grávidas e recém-nascidos, grupo vulnerável à malária.
3.3.3_NM_3 Número de pacientes diagnosticados com malária	3 095	SDSMAS	O elevado número de casos confirma a malária como uma das principais causas de morbilidade.
3.3.3_NM_4 Número de óbitos por malária	0	SDSMAS	Apesar da elevada incidência, não foram registados óbitos no período em análise.
Meta 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a protecção do risco financeiro, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos			
3.8.1 Cobertura de serviços essenciais de saúde (definida como a cobertura média de serviços essenciais baseados em intervenções de rastreamento que incluem saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis e capacidade de e acesso a serviços, entre a população geral e mais desfavorecida)	0	SDSMAS	Não existe informação actualizada e consolidada que permita calcular a cobertura efectiva dos serviços essenciais de saúde.
3.8.1_NP_1 Número de crianças menores de 5 anos completamente vacinadas	40 231	SDSMAS	O número reflecte esforços contínuos de imunização, embora persistam desafios de cobertura em zonas rurais e de difícil acesso.
3.8.1_NP_2 Número de mulheres de 25 a 54 anos rastreadas em cancro do colo uterino	17 127	SDSMAS	O rastreio do cancro do colo uterino apresenta cobertura relevante, mas ainda limitada face à população-alvo, exigindo maior expansão dos serviços e estratégias de mobilização comunitária, sobretude rurais.
3.8.1_NP_3 Número de partos institucionais assistidos	41 039	SDSMAS	O elevado número de partos institucionais demonstra avanços no acesso aos serviços de saúde materna.
3.8.1_NP_4 Número de crianças HIV+ que recebem TARV	4 563	SDSMAS	O acesso ao TARV pediátrico apresenta progressos, embora permaneçam desafios na identificação precoce e seguimento contínuo.
3.8.1_NP_5 Número de adultos HIV+ que recebem TARV	9 754	SDSMAS	A cobertura de TARV em adultos é significativa, mas limitada por factores como abandono terapêutico e constrangimentos logísticos.
Meta 3.c Aumentar substancialmente o financiamento em saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos			
3.c.1 Densidade e distribuição dos profissionais da saúde: a) Médicos; b) Enfermeira de SMI; c) Enfermeiros; d) Dentistas e; e) Técnicos Farmacéuticos	Médicos: ~2/10 000 habitantes; Enfermeiras SMI: ~4/10 000; Enfermeiros: ~8/10 000; Dentistas: ~0,5/10 000; Técnicos farmacêuticos: ~1/10 000	INE Relatorio balanço	Os rácios apresentados estão abaixo dos padrões recomendados pela OMS e os dados não se encontram actualizados para o período de referência.
3.c.1_NP_1 Rácio Profissionais de Saúde/habitante	medico/hab 1/18 180 tecnico/hab 1/1 746	SDSMAS	A escassez de profissionais de saúde condiciona a qualidade, cobertura e equidade no acesso aos serviços, sobretudo nas zonas rurais.

A tuberculose mantém-se como um problema relevante de saúde pública, com 2 161 casos diagnosticados, fortemente associada a contextos de pobreza, desnutrição e coinfecção com HIV. A existência de 810 pacientes coinfectados TB/HIV em TARV evidencia a necessidade de uma maior integração entre os serviços de diagnóstico, tratamento e acompanhamento, de modo a reduzir o abandono terapêutico e a mortalidade, reforçando a articulação entre o ODS 3, o ODS 1 e o ODS 2.

Relativamente à malária, os indicadores confirmam a sua elevada endemicidade em Nampula, com uma incidência de 631 casos por 1 000 habitantes no primeiro trimestre de 2025 e 3 095 pacientes diagnosticados. Apesar da elevada morbilidade, a ausência de óbitos por malária no período analisado sugere eficácia na gestão clínica dos casos graves. A ampla distribuição de redes mosquiteiras, abrangendo 628 198 famílias, e a entrega de redes a 44 680 mulheres grávidas durante as consultas pré-natais constituem medidas preventivas centrais, com impacto directo na protecção de grupos vulneráveis.

No que concerne à Meta 3.8, orientada para a cobertura universal de saúde, a análise é condicionada pela inexistência de dados consolidados sobre a cobertura efectiva dos serviços essenciais. Ainda assim, os indicadores disponíveis apontam para progressos relevantes no acesso a serviços prioritários, nomeadamente a imunização, com 40 231 crianças menores de cinco anos completamente vacinadas, e a saúde materna, com 41 039 partos institucionais assistidos. O rastreio do cancro do colo do útero, com 17 127 mulheres examinadas, revela uma cobertura relevante, embora ainda insuficiente face à população-alvo, sobretudo nas zonas rurais.

No âmbito da Meta 3.c, os dados evidenciam um défice estrutural na densidade e distribuição dos recursos humanos em saúde. Os rácios existentes — aproximadamente 2 médicos, 4 enfermeiras de SMI, 8 enfermeiros gerais, 0,5 dentistas e 1 técnico farmacêutico por 10 000 habitantes — situam-se abaixo dos padrões recomendados pela OMS. Esta escassez é particularmente sentida em unidades sanitárias como Anchilo, Naholoco, Saua-Saua, Mucova e Namachilo, comprometendo a qualidade, continuidade e equidade dos cuidados, sobretudo em zonas rurais.

As fragilidades infraestruturais agravam este cenário, com unidades sanitárias a funcionar sem acesso regular à electricidade, água potável ou equipamentos básicos, afectando a segurança dos pacientes e as condições de trabalho dos profissionais. A estas limitações somam-se as longas distâncias e os problemas de acessibilidade, que dificultam o acesso oportuno aos serviços, especialmente em situações de emergência. O baixo nível de financiamento compromete ainda a aquisição regular de medicamentos e materiais médicos essenciais, enquanto a desinformação e a resistência cultural continuam a afectar a adesão a programas de vacinação e de saúde sexual e reprodutiva.

As consultas realizadas no âmbito dos GFDs com os grupos vulneráveis reforçam esta leitura crítica, evidenciando percepções negativas sobre o acesso efectivo aos serviços de saúde. Idosos, mulheres e jovens relatam dificuldades associadas à falta de medicamentos, custos elevados, práticas informais de pagamento, atendimento inadequado e condições indignas, sobretudo nas zonas rurais. No caso das mulheres, são referidas situações de risco acrescido durante o parto e experiências de negligência nos serviços de maternidade, incompatíveis com os compromissos assumidos no quadro do ODS 3.

Apesar destes constrangimentos, registam-se avanços relevantes, como o aumento da cobertura vacinal, melhorias em alguns indicadores de saúde materno-infantil, o fortalecimento das parcerias com

organizações como a OMS, UNICEF, FNUAP e USAID, e o progresso na gestão de dados de saúde através de plataformas digitais como o SIS-MA. Estes elementos demonstram capacidade institucional de resposta e criam bases importantes para a consolidação do ODS 3, desde que acompanhados por investimentos sustentados em recursos humanos, infraestruturas e financiamento, orientados para a redução das desigualdades territoriais e sociais no acesso à saúde.

Portanto, a análise do ODS 3 em Nampula revela avanços importantes no reforço da atenção primária, na expansão da vacinação, na melhoria de alguns indicadores de saúde materno-infantil e no acesso ao tratamento de doenças prioritárias como o HIV e a malária, demonstrando capacidade institucional e impacto positivo de parcerias estratégicas. Contudo, persistem fragilidades estruturais significativas, nomeadamente a elevada carga de doenças transmissíveis, a escassez e má distribuição de recursos humanos, as limitações infraestruturais das unidades sanitárias, o acesso desigual aos serviços e as percepções negativas dos grupos vulneráveis quanto à qualidade e dignidade do atendimento. Assim, torna-se estratégica a adopção de uma abordagem que reforce o investimento sustentado em recursos humanos, infraestruturas e financiamento, articulando prevenção, cuidados primários e protecção social, com enfoque nas zonas rurais e nos grupos mais vulneráveis, de modo a consolidar de forma equitativa e resiliente o alcance do ODS 3.

ODS 4: Educação de Qualidade

O ODS 4 visa “assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. No território local de Nampula, este objectivo é estratégico dado o forte peso demográfico de crianças e jovens, o papel fundamental da educação na mobilidade social e na redução da pobreza estrutural, e os desafios particulares de um sistema educativo submetido a pressões demográficas, infraestruturais e de qualidade.

A coordenação local do ODS 4 em Nampula é assegurada pelo Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), em articulação com o Conselho Municipal e as comunidades escolares, incluindo os Conselhos de Escola que integram pais e encarregados de educação. Estes actores têm procurado traduzir orientações nacionais – como o Plano Estratégico da Educação 2020-2029, que prioriza o acesso universal ao ensino, melhoria da qualidade e expansão progressiva dos níveis – em intervenções locais através de instrumentos como o PESOD, o POA, e os planos anuais sectoriais.

O sistema educativo do território local de Nampula apresenta uma rede escolar ampla e diversificada, composta por 234 escolas, das quais 128 são públicas, 28 comunitárias e 78 privadas. Este conjunto de estabelecimentos atende um universo total de 423 501 alunos, sendo que a esmagadora maioria (403 262) frequenta o ensino público, enquanto 20 239 alunos estão matriculados no ensino particular. Estes números evidenciam a forte pressão demográfica sobre o sistema público de educação e a centralidade do Estado na garantia do direito à educação no território.

Os serviços prestados pelo sector da educação em Nampula abrangem diferentes níveis e modalidades de ensino, incluindo a Alfabetização e Educação de Adultos (AEA), o Ensino Primário (1.ª a 6.ª classe), o Ensino Básico (1.ª a 9.ª classe) e o Ensino Secundário (7.ª a 12.ª classe). A prestação destes serviços envolve múltiplos mecanismos institucionais, incluindo o financiamento público, a provisão de materiais

didácticos através de entidades como o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (INDE), e a colaboração com parceiros privados.

Apesar destes avanços, o sector da educação em Nampula enfrenta lacunas estruturais significativas. Entre os principais desafios destacam-se a insuficiência de infraestruturas escolares, a escassez de salas de aula, as desigualdades no acesso e na equidade do ensino, a limitação de recursos financeiros para o sector, a necessidade de priorizar a melhoria da qualidade do ensino e a falta de recursos materiais adequados. Estas fragilidades condicionam a capacidade do sistema educativo de responder de forma eficaz e equitativa à crescente procura.

No âmbito da Meta 4.a, relativa à construção e melhoria de infraestruturas educativas seguras, inclusivas e eficazes, os dados revelam assimetrias profundas no acesso a condições básicas de funcionamento das escolas. A percentagem de escolas equipadas com computadores e acesso à internet é reduzida, sobretudo no meio rural, onde apenas 5,8% das escolas dispõem destes recursos, face a 20,8% no meio urbano. Esta disparidade limita fortemente a integração das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem nas zonas rurais, reforçando desigualdades de oportunidades educativas. Situação semelhante observa-se no acesso à electricidade, que atinge 89,5% das escolas urbanas, mas apenas 10,5% das escolas rurais, comprometendo o funcionamento regular das unidades de ensino fora dos centros urbanos.

O acesso à água potável, elemento essencial para a saúde, higiene e permanência dos alunos na escola, também apresenta uma cobertura desigual, com 68% das escolas urbanas e apenas 32% das rurais beneficiadas. Estes dados indicam que, apesar de alguns progressos, as condições de aprendizagem continuam frágeis em grande parte do território, sobretudo nas zonas rurais. Em contrapartida, a distribuição de material escolar no ensino primário apresenta uma cobertura mais expressiva no meio rural (72,4%) do que no urbano (45%), contribuindo para a redução de barreiras económicas ao acesso e frequência escolar entre famílias vulneráveis.

A rede escolar em funcionamento no território local de Nampula cobre todos os níveis do ensino geral, com destaque para 146 escolas primárias, 46 escolas básicas e 47 escolas secundárias. O território local conta ainda com 2 Instituições de Formação de Professores, 1 instituição de ensino técnico e 85 centros de alfabetização de jovens e adultos. No primeiro trimestre de 2025 não foi construída nenhuma sala de aula, apesar de uma meta anual de 35, e apenas 25% das carteiras planificadas foram adquiridas e distribuídas. Estas limitações reforçam o problema da sobrelotação e das más condições das salas de aula.

No que se refere à educação inclusiva, apenas 29% das escolas estão adaptadas para alunos com NEE, evidenciando limitações significativas na adequação das infraestruturas e na capacidade de resposta do sistema às exigências da inclusão. Paralelamente, o elevado número de alunos inscritos no ensino primário (253 680) e no primeiro ciclo do ensino secundário (100 795), incluindo alunos com NEE, demonstra uma ampla cobertura do sistema educativo, mas exerce forte pressão sobre as infraestruturas existentes e sobre os recursos humanos disponíveis. Esta pressão é confirmada pelo rácio elevado de alunos por sala de aula e por professor no ensino primário, ambos fixados em 72, um valor que traduz sobrelotação e reduz as possibilidades de acompanhamento pedagógico individualizado, com impactos negativos na qualidade da aprendizagem.

Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 4

Objectivo 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao género, e que propiciem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos			
4.a.1 Percentagem de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias para cada sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições do indicador (WASH).	-	SDEJT	-
4.a.1_NM_2 Percentagem de escolas equipadas com computadores e acesso a internet	Urbano 20,8% Rural 5,8%	SDEJT	A cobertura tecnológica é superior no meio urbano comparativamente as escolas rurais; nas zonas rurais subsistem limitações associadas à conectividade, manutenção de equipamentos e fornecimento de energia.
4.a.1_NM_3 Percentagem de escolas com acesso a electricidade	Urbano 89,5% Rural 10,5%	SDEJT	O acesso universal à electricidade constitui um avanço relevante nas zonas urbanas, deixando as zonas rurais para trás.
4.a.1_NM_4 Percentagem de escolas com acesso a fonte de água potável	Urbano 68% Rural 32%	SDEJT	O acesso à água potável contribui para a melhoria das condições de higiene, saúde escolar e permanência dos alunos no sistema educativo.
4.a.1_NM_5 Percentagem de alunos beneficiados com material escolar em programas de ensino aprendisagem	Urbano 45% do ensino primário e rural 72,4%	SDEJT	A cobertura integral no ensino primário reduz barreiras económicas ao acesso e frequência escolar, especialmente para famílias vulneráveis.
4.a.1_NM_6 Número de escolas adptadas a crianças com necessidade educativa especiais (NEE).	29%	SDEJT	Apesar de esforços de inclusão, nem todas escolas estão plenamente adaptadas, indicando fragilidades na monitoria da educação inclusiva.
4.a.1_NP_1 Número total de alunos inscritos no EP, incluindo crianças com NEE	253 680	SDEJT	O elevado número de matriculas reflecte ampla cobertura do ensino primário, exercendo pressão significativa sobre infra estruturas e recursos humanos.
4.a.1_NP_2 Número total de alunos inscritos no ES1, incluindo alunos com NEE	100 795	SDEJT	A transição do ensino primário para o secundário mantém-se relativamente elevada, embora persistam riscos de abandono escolar.
4.a.MZ_1 Rácio alunos por sala de aula no Ensino Primário	72	SDEJT	O rácio elevado evidencia sobrelotação das salas, com impacto negativo na qualidade do processo de ensino-aprendizagem.
4.a.MZ_1_NP_1 Rácio alunos professor no Ensino Primário	72	SDEJT	O défice de professores compromete o acompanhamento individualizado dos alunos e a melhoria dos resultados de aprendizagem.
Meta 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes			
4.1.MZ_1 Percentagem de alunos que desenvolvem as competencias requeridas para o 1o Ciclo do Ensino Primário (incluindo leitura, escrita e cálculo)	47,8%	SDEJT	Apesar dos progressos registados, uma parcela significativa dos alunos não atinge plenamente as competências esperadas.
4.1.MZ_1_NP_1 Percentagem de alunos da 3ª Classe e do 1º Ciclo do Ensino Primário, que atingem as competências básicas de a) leitura e b) cálculo	a) 49% b) 45,5%	SDEJT	O desempenho indica melhorias na aprendizagem inicial, embora persistam disparidades territoriais.
4.1.MZ_4 Taxa bruta de conclusão no a) Ensino primário, b) Primeiro ciclo do ensino secundário; e c) Segundo ciclo do ensino secundario	a) Ensino primário 89,7%, b) Primeiro ciclo do ensino secundário 84,5%; c) Segundo ciclo do ensino secundario 81.5 %	SDEJT	A taxa decresce progressivamente com o nível de ensino, evidenciando maiores riscos de abandono no secundário.
4.1.MZ_4_NP_1 Taxa bruta de conclusão do Ensino Secundário do 1º Ciclo e 2º Ciclo	ESG1 84,5% e ESG2 81,5%	SDEJT	A conclusão no ESG2 permanece condicionada por factores económicos e distância às escolas.
4.1.MZ_4_NP_2 Taxa de conclusão no Ensino Primário	89,7%	SDEJT	A elevada taxa reflecte o impacto positivo das políticas de acesso universal ao ensino primário.
4.1.MZ_4_NP_3 Número de Graduados do Ensino Secundário do 1º Ciclo	90 333	SDEJT	O número expressivo de graduados aumenta a procura por vagas no ESG2 e no ensino técnico-profissional.
4.1.MZ_5 Taxa liquida de escolarização na 1ª classe	84%	SDEJT	A elevada taxa demonstra forte adesão ao ingresso escolar.
4.1.MZ_5_NP_1 Taxa liquida de escolarização na 1ª Classe (ODS)	84%	SDEJT	A diferença face à taxa bruta sugere entrada tardia ou repetência em anos iniciais.
Meta 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todas mulheres e homens ao ensino técnico, profissional e terciário acessível e de qualidade, inclusive a universidade			
4.3.MZ_2 Taxa bruta de escolarização no Ensino Técnico Profissional	60,0%	SDEJT	A taxa situa-se dentro do intervalo de referência, com maior concentração no meio urbano.
4.3.MZ_2_NP_1 Número de efectivos escolares no Ensino Técnico-Profissional	750	SDEJT	
4.3.MZ_3 Número de estudantes do ensino superior por mil habitantes	30/1000	SDEJT	O acesso ao ensino superior permanece restrito e fortemente concentrado fora do distrito.
4.3.MZ_3_NP_1 Número de estudantes matriculados no Ensino Superior	0	SDEJT	Não existem instituições de ensino superior no território, condicionando o acesso local
Meta 4.c Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos			
4.c.1 Percentagem de professores no: a) pre-escolar; b) ensino primário; c) primeiro ciclo do ensino secundário; e d) segundo ciclo do ensino secundário, que tenham recebido, pelo menos, a formação mínima de professores (por exemplo, formação pedagógica) antes do serviço ou em serviço, necessária para o ensino no nível relevante no país	100%	SDEJT	Todos os professores em exercício possuem formação pedagógica, o que constitui um ponto forte do sistema educativo local.
4.c.1_NP_1 Número de professores contratados para o subsistema de Educação Geral	0	SDEJT	Não existem dados desagregados sobre admissões por substituição ou novas contratações no período em análise.

Relativamente à Meta 4.1, que visa garantir a conclusão do ensino primário e secundário com resultados de aprendizagem relevantes, os indicadores apontam para progressos importantes no acesso e na conclusão, mas fragilidades persistentes na aprendizagem efectiva. Apenas 47,8% dos alunos desenvolvem plenamente as competências requeridas no primeiro ciclo do ensino primário, com resultados específicos de 49% em leitura e 45,5% em cálculo na 3.ª classe. Estes dados indicam que, apesar do acesso quase universal, uma parte significativa dos alunos não atinge os níveis mínimos de competências básicas, revelando desafios na qualidade do ensino.

As taxas brutas de conclusão são relativamente elevadas no ensino primário (89,7%) e mantêm-se altas no Ensino Secundário Geral (ESG) do primeiro ciclo (84,5%) e do segundo ciclo (81,5%). No entanto, observa-se uma tendência decrescente à medida que o nível de ensino aumenta, sinalizando maiores riscos de abandono escolar no ensino secundário, associados a factores económicos, distância às escolas e limitações da oferta educativa. O número expressivo de graduados do Ensino Secundário do 1.º Ciclo (90 333) reflecte ganhos em termos de conclusão, mas também aumenta a pressão sobre o ESG2 e sobre o ensino técnico-profissional, cuja capacidade de absorção permanece limitada. A taxa líquida de escolarização na 1.ª classe, fixada em 84%, confirma uma forte adesão ao ingresso escolar, embora a diferença face à taxa bruta sugira a persistência de entrada tardia e repetência nos anos iniciais.

No quadro da Meta 4.3, que visa assegurar igualdade de acesso ao ensino técnico, profissional e terciário, os dados mostram avanços moderados, mas também limitações estruturais. A taxa bruta de escolarização no ensino técnico-profissional situa-se em 60%, com maior concentração no meio urbano, o que evidencia dificuldades de acesso para jovens das zonas rurais. O efectivo escolar neste subsistema é reduzido, com apenas 750 estudantes, e o acesso ao ensino superior é particularmente restrito, com 30 estudantes por mil habitantes e ausência total de instituições de ensino superior no território. Esta realidade obriga os jovens a deslocarem-se para outros distritos ou províncias, criando barreiras económicas e sociais que limitam a continuidade dos estudos.

No que concerne à Meta 4.c, relacionada com o reforço do contingente de professores qualificados, o território local de Nampula apresenta um desempenho positivo, com todos os professores em exercício a possuírem formação pedagógica mínima exigida. Este indicador constitui um ponto forte do sistema educativo local e uma base importante para a melhoria da qualidade do ensino. No entanto, a inexistência de dados sobre novas contratações ou substituições de professores, aliada aos rácios elevados de alunos por professor, sugere que o desafio central não reside apenas na qualificação, mas também na suficiência e distribuição equitativa do pessoal docente.

Os esforços actuais para alcançar as metas do ODS 4 incluem a capacitação de mais de 500 professores em jornadas pedagógicas, com vista à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a distribuição de 250 carteiras escolares beneficiando cerca de 2 250 alunos do ensino primário, e a provisão de mais de 1 500 pares de uniformes escolares através do programa “Eu Sou Capaz”. Estes esforços reflectem um compromisso com a melhoria da qualidade e da permanência escolar, sobretudo para alunos provenientes de agregados familiares vulneráveis.

Portanto, a análise do ODS 4 em Nampula demonstra que, apesar da ampla cobertura da rede escolar, dos progressos no acesso e na conclusão do ensino e da qualificação mínima universal dos professores, a educação de qualidade continua condicionada por fortes pressões demográficas, insuficiência de infraestruturas e desigualdades territoriais marcantes. As limitações no acesso à electricidade, água, tecnologias digitais, salas de aula adequadas e infraestruturas inclusivas, sobretudo nas zonas rurais, associadas a rácios elevados de alunos por professor e a baixos níveis de aprendizagem efectiva, comprometem a equidade e a qualidade do ensino. Neste contexto, a concretização plena do ODS 4 em Nampula exige um reforço do investimento em infraestruturas educativas, recursos humanos e qualidade pedagógica, bem como a expansão do ensino técnico-profissional e de respostas inclusivas, assegurando oportunidades de aprendizagem relevantes ao longo da vida para todas e todos.

ODS 5: Igualdade de género

O ODS 5 visa “alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas”, reconhecendo que a igualdade entre géneros é não apenas um direito humano fundamental, mas também um catalisador essencial para o desenvolvimento socioeconómico sustentável. No território local de Nampula, esse objectivo é operacionalizado através da articulação entre diferentes sectores – incluindo o SDSMAS, o SDEJT, o SDAE, o Conselho Municipal, instituições de justiça, forças de ordem, e organizações da sociedade civil – no quadro das políticas nacionais de género, direitos humanos e protecção social.

O SDSMAS constitui o principal órgão responsável pela implementação de políticas e serviços associados à igualdade de género, prestando cuidados de saúde materno-infantil, apoio a vítimas de violência baseada no género (VBG), promoção da saúde sexual e reprodutiva, empoderamento económico feminino e sensibilização comunitária. A rede de serviços abrange zonas urbanas e rurais, através de postos, centros de saúde e hospitais distritais, sendo complementada pela intervenção de organizações da sociedade civil e parceiros não governamentais. Contudo, a análise do sector evidencia fragilidades estruturais relevantes, nomeadamente a inexistência de centros de acolhimento para vítimas de VBG, a escassez de pessoal especializado em saúde sexual e reprodutiva e a fraca integração de serviços de apoio psicossocial, factores que limitam a resposta integral às necessidades das mulheres e raparigas.

Os dados de desempenho relativos às metas prioritárias do ODS 5 confirmam a persistência de desigualdades significativas, manifestando-se de forma particularmente acentuada na violência baseada no género, na participação desigual das mulheres nos espaços de decisão e no acesso limitado aos recursos económicos produtivos, sobretudo a terra.

No âmbito da Meta 5.2, os dados revelam uma prevalência elevada de violência contra mulheres e raparigas. Cerca de 30% das mulheres entre os 15 e 49 anos reportaram ter sido sujeitas a violência física, sexual ou psicológica por parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, com uma incidência mais elevada nas zonas rurais (35%) em comparação com as zonas urbanas (25%). Esta disparidade territorial evidencia a maior vulnerabilidade das mulheres em contextos rurais, onde persistem normas socioculturais desiguais, menor acesso à informação e serviços de apoio, bem como maiores dificuldades nos mecanismos de denúncia.

Os registos administrativos confirmam igualmente a ocorrência de casos de uniões prematuras envolvendo crianças, embora se reconheça que estes dados não captam a totalidade das situações, sobretudo em áreas de difícil acesso. O número de casos de violência assistidos pelas instituições competentes reflecte a existência de alguma capacidade de resposta, mas também evidencia a subnotificação generalizada, condicionada por barreiras culturais, estigma social e limitações institucionais.

Relativamente à Meta 5.5, os indicadores mostram avanços moderados na participação das mulheres na vida política, económica e pública, ainda que marcados por desigualdades significativas entre zonas urbanas e rurais. A percentagem total de assentos ocupados por mulheres nas assembleias municipais situa-se em 25%. No plano da administração pública, cerca de 40% dos cargos de gestão são ocupados

por mulheres, embora esta percentagem diminua para 35% nos cargos de direcção e chefia, indicando que a progressão feminina para níveis superiores de decisão permanece condicionada por factores institucionais, culturais e estruturais. Assim, apesar do aumento da representação numérica, o poder efectivo de decisão das mulheres continua restrito.

Tabela 5: Quadro de indicadores do ODS 5

Objectivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e raparigas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos			
5.2.1 Percentagem de mulheres e raparigas de (15 a 49 anos de idade) que já tiveram relacionamentos, sujeitas a a) violência física, b) sexual ou psicológica por um parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade	Urbana-25% Rural 35% Total 30%	Balanço do Governo	Casos de violência doméstica, exploração sexual e tráfico de pessoas são reportados, embora a subnotificação seja significativa devido a barreiras culturais, falta de informação e limitações nos serviços de denúncia.
5.2.1_NM_2 Número de crianças vítimas de uniões prematuras retornadas às famílias próprias ou colocadas em protecção alternativa	Urbana-25% Rural 35% Total 30%	Balanço do Governo	Os dados reflectem registos administrativos dos serviços de acção social e parceiros comunitários, podendo existir subnotificação de casos em zonas rurais de difícil acesso.
5.2.1_NM_3 Número de casos de violência assistidos	Urbana-40 Rural 25 Total 30	Balanço do Governo	Os casos reportados correspondem apenas às situações formalmente atendidas pelas instituições competentes, não abrangendo a totalidade dos episódios ocorridos devido a limitações na denúncia.
Meta 5.5 Garantir a participação plena e efectiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública			
5.5.1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres a) na Assembleia da República e b) nos Governos locais (Assembleias municipais)	25%	SD	A representação feminina resulta da aplicação de mecanismos de promoção da igualdade de género, embora permaneçam desigualdades na ocupação efectiva de cargos de influência.
5.5.1_NM_1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres nas Assembleias municipais	Urbana-35 %	SD	A aplicação de políticas de quotas de género tem permitido maior representação feminina, embora a presença nas zonas rurais ainda seja limitada devido a barreiras culturais, sociais e de capacitação
5.5.2 Percentagem de mulheres em cargos de gestão (chefia)	40%	SD	O indicador evidencia progressos na inclusão das mulheres em posições de liderança, mas com maior concentração nos níveis intermédios da administração.
5.5.2_NM_1 Percentagem de mulheres em cargos de direcção e chefia	35%	SD	A presença feminina em cargos de direcção permanece limitada, reflectindo constrangimentos institucionais, culturais e de progressão na carreira.
Meta 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais			
5.a.MZ_1 (a) Número de DUATs, (b) área total de DUATs emitidos com finalidade de agricultura e pecuária; e (c) Percentagem das mulheres com DUATs para singulares com finalidade de agricultura e pecuária	-	SD	A indisponibilidade de dados desagregados limita a avaliação precisa do acesso efectivo das mulheres à terra com fins produtivos no período em análise.
5.a.MZ_1_NM_1 Percentagem das mulheres com DUATs singulares com finalidade de agricultura e pecuária	-	SD	No Distrito de Nampula, as mulheres ainda enfrentam restrições significativas ao acesso e controle de terras, propriedades, serviços financeiros e recursos naturais, sobretudo nas áreas rurais.
5.a.MZ_1_NM_2 Número de mulheres capacitadas em materias de empreendedorismo	251	SD	A participação urbana tende a ser maior em termos de acesso a workshops formais, enquanto em áreas rurais os programas comunitários e móveis têm permitido atingir mulheres em zonas mais remotas.
5.a.MZ_1_NM_3 Número de kits de auto-emprego entregues às mulheres capacitadas	251	SD	A participação urbana tende a ser maior em termos de acesso a workshops formais, enquanto em áreas rurais os programas comunitários e móveis têm permitido atingir mulheres em zonas mais remotas.

No que respeita à Meta 5.a, a análise aponta para fragilidades significativas no acesso das mulheres aos recursos económicos estratégicos, em particular à terra. A inexistência de dados desagregados sobre DUATs emitidos a favor de mulheres limita a avaliação precisa do grau de acesso e controlo feminino sobre a terra com fins agrícolas e pecuários. Ainda assim, os dados qualitativos disponíveis indicam que, no território local de Nampula, as mulheres enfrentam restrições persistentes no acesso à terra, à propriedade, aos serviços financeiros e aos recursos naturais, sobretudo nas áreas rurais, onde prevalecem normas tradicionais que privilegiam o controlo masculino dos activos produtivos.

Em contraste, registam-se alguns avanços no domínio do empoderamento económico, com 251 mulheres capacitadas em matérias de empreendedorismo e igual número de kits de auto-emprego entregues, iniciativas que contribuem para o reforço da autonomia económica feminina. Contudo, estas acções

tendem a beneficiar mais as mulheres em contextos urbanos, sendo que, nas zonas rurais, o alcance depende fortemente de programas comunitários e móveis, com impacto ainda limitado face à dimensão das necessidades existentes.

Apesar destes constrangimentos, registam-se esforços institucionais relevantes nos últimos dois anos. O SDSMAS tem investido na capacitação de técnicos de saúde em atendimento sensível ao género, na reabilitação de unidades sanitárias com enfoque na privacidade dos serviços de saúde reprodutiva e na implementação de campanhas comunitárias contra a VBG. Estas acções contribuíram para um aumento de 15% na procura por serviços de planeamento familiar e para uma redução de 8% nos casos de VBG reportados em zonas com campanhas activas, demonstrando o impacto positivo de intervenções integradas e territorialmente focalizadas.

As consultas comunitárias promovidas pelo SDSMAS e a criação de "espaços seguros" nas unidades sanitárias representam igualmente avanços importantes, assim como as iniciativas de geração de rendimento dirigidas a mulheres em situação de vulnerabilidade. Contudo, as barreiras físicas, institucionais e socioculturais persistem, exigindo a expansão das iniciativas inclusivas, a adaptação de infraestruturas e o reforço da abordagem interseccional nas políticas locais.

Portanto, a análise do ODS 5 em Nampula evidencia progressos relevantes e fragilidades estruturais persistentes, marcada, por um lado, pelo reforço da oferta de serviços de saúde sensíveis ao género, pela expansão de iniciativas de empoderamento económico e por alguns ganhos na participação das mulheres nos espaços públicos e institucionais, e, por outro, por níveis ainda elevados de VBG, desigualdades acentuadas entre zonas urbanas e rurais, limitações no acesso das mulheres à terra e aos recursos produtivos e insuficiências na resposta integrada às vítimas. Estes constrangimentos revelam que, apesar do aumento da cobertura e da capacidade institucional em determinados domínios, o impacto das intervenções permanece desigual e condicionado por factores socioculturais, institucionais e territoriais. Assim, recomenda-se o reforço de uma abordagem integrada e intersectorial de género, combinando investimentos em serviços especializados, empoderamento económico rural, produção sistemática de dados desagregados e fortalecimento dos mecanismos comunitários e institucionais de prevenção e resposta à violência, de modo a garantir avanços sustentáveis e equitativos na igualdade de género.



ODS 6: Água Potável e Saneamento

O ODS 6 visa "assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos", representando um pilar fundamental para a saúde pública, a dignidade humana, a resiliência climática e o desenvolvimento sustentável no território local de Nampula. No contexto local, o saneamento básico abrange o abastecimento de água potável, a gestão de águas pluviais, a recolha e tratamento de esgotos, a limpeza urbana e o controlo de agentes patogénicos, assumindo particular relevância face ao crescimento urbano acelerado e à elevada pressão sobre as infraestruturas existentes. A implementação deste objectivo envolve uma estreita articulação entre o Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI), o SDSMAS, o Conselho Municipal e os comités comunitários de água, no contexto das políticas nacionais de abastecimento de água, gestão de recursos hídricos e promoção do saneamento.

No plano nacional, o ODS 6 é operacionalizado através de instrumentos como o PQG, o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), o Plano Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e os programas de saneamento liderados por ONGs e agências internacionais, com a participação das comunidades. As metas prioritárias definidas para o território evidenciam uma abordagem centrada na expansão da oferta de água e no reforço das infraestruturas de saneamento, destacando-se a construção de furos de água, sistemas de abastecimento, fontenárias, ligações domiciliárias e aterros sanitários, bem como o fortalecimento das capacidades de armazenamento de água e irrigação. Estas metas reflectem a magnitude das necessidades existentes, numa realidade em que o acesso ao "precioso líquido" permanece um desafio tanto para as comunidades rurais como para a população urbana.

No que se refere ao desempenho alcançado, os resultados registados demonstram avanços concretos, ainda que insuficientes face às metas estabelecidas.

Tabela 6: Quadro de indicadores do ODS 6

Objectivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.			
6.1.1 Percentagem da população que usa fonte de água segura, por área de residencia (Urbano/ Rural/TOTAL)	30,0%	SDPI	Apesar dos progressos registados, o acesso à água segura no Distrito de Nampula continua marcado por desigualdades entre áreas urbanas e rurais, exigindo intervenções diferenciadas e sustentáveis
6.1.1_NM_2 Números de sistemas de água construídos/melhorados (Urbano/ Rural/TOTAL)	6	SDPI	Os sistemas reportados correspondem a intervenções de construção e reabilitação realizadas no período em análise.
6.1.1_NM_3 Número de fontanários públicos construídos/reparados (Urbano/ Rural/TOTAL)	36	SDPI	A distribuição das fontenárias permanece desigual, com maior concentração em zonas urbanas e periurbanas, limitando o impacto nas áreas rurais dispersas.
6.1.1_NM_4 Número de furos de água manuais ou sistemáticos (Urbano/ Rural/TOTAL)	51	SDPI	A funcionalidade e sustentabilidade dos furos dependem da manutenção regular e da capacidade de gestão comunitária, factores que nem sempre estão assegurados.
6.1.1_NM_5 Número de famílias beneficiadas em tratamento de água com cloro (Urbano/Rural/TOTAL)	Urbana-9.000 Rural 18.000 Total 27.000	SDPI	O tratamento doméstico da água com cloro constitui uma solução essencial de curto e médio prazo para garantir água segura às famílias do Distrito de Nampula, especialmente nas zonas rurais e periurbanas.
Meta 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e raparigas e daqueles em situação de vulnerabilidade			
6.2.1 Percentagem da população que usa serviços de saneamento adequados, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão, por área de residencia (Urbano/Rural/TOTAL)	Urbana-45% Rural 30% Total 40%	SDPI/SDSMAS	O reforço do saneamento adequado e da higiene, particularmente nas áreas rurais do Distrito de Nampula, é essencial para alcançar o ODS 6 e melhorar os resultados em saúde e bem-estar
6.2.1_NM_1 Percentagem da população com acesso ao saneamento seguro (Urbano/Rural/TOTAL)	Urbana-45% Rural 30% Total 40%	SDPI/SDSMAS	Distrito de Nampula apresenta fortes desigualdades territoriais, com melhor cobertura nas áreas urbanas e níveis ainda muito reduzidos nas zonas rurais, especialmente no que respeita à disponibilidade de instalações de lavagem das mãos com água e sabão
6.2.1_NM_2 Número de agregados familiares com acesso a latrinas melhoradas (Urbano/Rural/TOTAL)	Urbana-50 Rural 25 Total 35	SDPI	Os dados reflectem apenas agregados familiares abrangidos por programas apoiados pelo sector público e parceiros, podendo existir soluções informais não registadas.
6.2.1_NM_3 Número de sanitários públicos construídos/ melhorados (Urbano/Rural/TOTAL)	0	SDPI	A expansão e melhoria de sanitários públicos é fundamental para reforçar a higiene, a dignidade e a saúde pública no Distrito de Nampula
Meta 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura de forma global			
6.3.MZ_1 Percentagem de águas residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	20%	SDPI	A maioria das habitações utiliza sistemas individuais, como fossas sépticas, muitas das quais não garantem tratamento adequado, resultando na descarga de efluentes sem controlo ambiental. Esta situação representa um risco significativo para a saúde pública e para os ecossistemas urbanos.
6.3.MZ_1_NM_1 Número de fontes de água residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	20%	SDPI	O valor apresentado baseia-se em estimativas sectoriais, dada a inexistência de sistemas centralizados de tratamento e de registos sistemáticos de efluentes tratados.
6.3.MZ_1_NM_2 Número de esgotos construídos e reabilitados para prevencao de risco de contaminação de agua. (URBANO)		SDPI	O reforço da rede de esgotos urbanos é crucial para prevenir a contaminação da água e melhorar a saúde ambiental no Distrito de Nampula.
6.3.MZ_1_NM_3 Km de drenagem construídas e reabilitadas para prevenção de risco de contaminação (URBANO)	0	SDPI	A ausência de investimentos em infraestruturas de drenagem no período em análise limita a capacidade de mitigação de riscos de contaminação e de cheias urbanas.
Meta 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento			
6.b.1 Percentagem de municípios com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	0	SDPI	É necessário reforçar mecanismos operacionais e institucionalizar a participação para aumentar a sustentabilidade das intervenções de água e saneamento.
6.b.1_NM_1 Número de comités locais para gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	Urbana-70% Rural 50% Total 55%	SDPI	

No âmbito da Meta 6.1, relativa ao acesso universal e equitativo à água potável e segura, apenas 30% da população do distrito utiliza fontes de água consideradas seguras. Este valor reflecte um nível de cobertura ainda muito reduzido, marcado por assimetrias entre áreas urbanas e rurais, onde o acesso permanece mais limitado e dependente de fontes dispersas e vulneráveis. Apesar da construção e melhoria de seis sistemas de abastecimento de água, da instalação ou reparação de 36 fontanários públicos e da existência de 51 furos manuais ou sistemáticos, a cobertura global continua insuficiente face ao crescimento populacional e à dispersão dos assentamentos.

A funcionalidade e sustentabilidade destas infraestruturas dependem fortemente da manutenção regular e da capacidade de gestão comunitária, factores que nem sempre se encontram plenamente assegurados. A cloração da água, que beneficiou cerca de 27.000 famílias, assume um papel central como solução de curto e médio prazo para mitigar riscos sanitários, sobretudo nas zonas rurais e periurbanas, mas não substitui a necessidade de investimentos estruturais em sistemas seguros e permanentes.

As discussões com os grupos focais consultados no âmbito deste processo revelam que o acesso à água potável continua a ser um dos principais desafios quotidianos enfrentados pelos grupos vulneráveis no território de Nampula. Os participantes referiram que, em várias comunidades, as fontes de água existentes são insuficientes, distantes ou apresentam avarias frequentes, obrigando sobretudo mulheres e crianças a percorrer longas distâncias para garantir água para consumo doméstico. Alguns participantes mencionaram que, mesmo quando existem furos ou fontenárias, a água nem sempre é segura para consumo, especialmente durante a época chuvosa, quando ocorre turvação ou contaminação das fontes.

No domínio do saneamento, embora uma parte significativa da população esteja abrangida por serviços básicos, persistem fragilidades associadas à qualidade das infraestruturas, à gestão de resíduos sólidos e à inexistência de sistemas estruturados de tratamento de águas residuais. A ausência de aterros sanitários plenamente funcionais e de regulamentos específicos para a gestão de resíduos sólidos constitui um entrave à melhoria das condições ambientais e sanitárias, sobretudo em contextos de crescimento urbano desordenado e proliferação de ocupações informais.

Relativamente à Meta 6.2, que visa garantir o acesso a saneamento e higiene adequados e eliminar a defecação a céu aberto, os dados indicam que apenas 40% da população do distrito utiliza serviços de saneamento adequados. A diferença entre zonas urbanas (45%) e rurais (30%) evidencia desigualdades territoriais profundas, particularmente no acesso a instalações seguras e a dispositivos de lavagem das mãos com água e sabão. O número reduzido de agregados familiares com acesso a latrinas melhoradas, sobretudo em áreas rurais, e a inexistência de sanitários públicos construídos ou melhorados no período em análise revelam fragilidades significativas na promoção da higiene, da dignidade e da saúde pública. Estes constrangimentos afectam de forma desproporcionada mulheres, raparigas e grupos em situação de vulnerabilidade, para os quais a ausência de saneamento adequado acentua riscos sanitários e sociais.

No que se refere à Meta 6.3, orientada para a melhoria da qualidade da água e a redução da poluição, a situação apresenta-se particularmente crítica. Apenas cerca de 20% das águas residuais urbanas estão sujeitas a algum tipo de tratamento, sendo que a maioria das habitações recorre a sistemas individuais, como fossas sépticas, muitas das quais não garantem um tratamento ambientalmente seguro. A inexistência de sistemas centralizados de tratamento de águas residuais e de registos sistemáticos limita

a capacidade de monitoria e controlo dos efluentes. Acresce a ausência de investimentos em infraestruturas de drenagem e esgotos no período em análise, o que reduz significativamente a capacidade de prevenção de riscos de contaminação da água e de mitigação de cheias e outros eventos ambientais adversos em contexto urbano.

No domínio da Meta 6.b, relacionada com a participação das comunidades locais na gestão da água e do saneamento, os dados revelam uma fragilidade institucional relevante. Conforme os dados da tabela, o Município de Nampula não dispõe de políticas e procedimentos formalmente estabelecidos e operacionais para assegurar a participação comunitária na gestão destes serviços. Ainda assim, a existência de comités locais de gestão de água e saneamento, abrangendo cerca de 55% do território, demonstra uma dinâmica comunitária importante, embora desigual entre áreas urbanas e rurais. A ausência de enquadramento institucional robusto limita, contudo, o potencial destes comités para garantir a sustentabilidade, a transparência e a eficácia das intervenções.

Os esforços actuais para o alcance das metas do ODS 6 estão orientados para a mobilização de parcerias público-privadas, a expansão da rede de abastecimento de água, a construção e reabilitação de sistemas e furos existentes e o investimento em infraestruturas de drenagem para mitigação de riscos ambientais, como a erosão. Paralelamente, são desenvolvidas campanhas de sensibilização comunitária sobre higiene e saneamento, visando a prevenção de doenças de origem hídrica e a promoção de comportamentos saudáveis. Estes esforços demonstram uma abordagem integrada, ainda que fortemente condicionada pela disponibilidade de recursos e pela capacidade de implementação no terreno.

Portanto, a análise do ODS 6 no território local de Nampula evidencia avanços relevantes na expansão pontual de infraestruturas de abastecimento de água e na mobilização comunitária através de comités locais, mas revela também fragilidades estruturais, traduzidas na baixa cobertura de água potável segura, no acesso limitado a saneamento adequado, nas desigualdades urbano-rurais, na quase inexistência de tratamento de águas residuais e na fraca institucionalização da participação comunitária. Estes constrangimentos afectam de forma desproporcionada os grupos vulneráveis, comprometendo a saúde pública, a dignidade humana e a sustentabilidade ambiental num contexto de rápido crescimento urbano e pressão sobre os serviços. Assim, recomenda-se como orientação estratégica o reforço do investimento em infraestruturas seguras e resilientes de água e saneamento, aliado à institucionalização da gestão comunitária, ao fortalecimento da monitoria ambiental e à priorização das zonas rurais e periurbanas, de modo a assegurar progressos equitativos e sustentáveis no alcance do ODS 6.

ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis

O ODS 11 visa “tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”. No contexto do Município da Cidade de Nampula, este objectivo assume grande relevância face ao rápido crescimento demográfico, à expansão desordenada das áreas urbanas e à elevada pressão sobre infraestruturas básicas, serviços públicos e meios de vida. A cidade de Nampula, uma das mais populosas de Moçambique e um polo económico regional, enfrenta múltiplos desafios ligados ao ordenamento territorial, ao acesso a serviços urbanos essenciais e à gestão sustentável do ambiente urbano.

O território urbano de Nampula tem registado um crescimento acelerado nos últimos anos, acompanhado por um aumento da população residente em bairros periurbanos e informais onde o planeamento urbano formal ainda é incipiente. A expansão desses bairros ocorre muitas vezes sem infraestruturas adequadas de água, saneamento, drenagem e gestão de resíduos, criando condições que desafiam os princípios de inclusão e sustentabilidade defendidos pelo ODS 11. A cobertura de abastecimento de água ainda é baixa em muitas áreas urbanas periurbanas, com casos, por exemplo, como o bairro Namicopo em que apenas cerca de 14% das residências estão ligadas ao sistema de água potável municipal, o que expõe a população a longas distâncias de deslocação e a fontes inseguras de água (WSUP, 2025).

A mobilidade urbana é igualmente um factor crítico para a sustentabilidade das comunidades em Nampula. Embora a cidade seja servida por eixos viários principais, como a EN1, e por uma rede ferroviária que liga ao Corredor de Nacala, uma vasta percentagem da malha urbana secundária permanece não pavimentada ou em mau estado, criando barreiras ao acesso físico a serviços sociais, oportunidades económicas e equipamentos urbanos. Esta realidade compromete a circulação segura de pessoas e bens, especialmente para grupos vulneráveis como idosos, pessoas com deficiência e crianças, e limita a integração espacial e económica entre os bairros periurbanos e o centro urbano.

A mobilidade urbana surge como um dos constrangimentos mais críticos, conforme relatado pelos grupos vulneráveis consultados no processo de RLV no território local de Nampula. As mulheres relataram que, nos bairros periféricos, o transporte é caro, inseguro e dependente de mototáxis, o que restringe o acesso ao trabalho, aos serviços e à participação social. Os idosos afirmaram que, sem dinheiro, não conseguem deslocar-se, uma vez que todos os meios de transporte são pagos, incluindo os municipais. Os jovens acrescentaram que as vias de acesso são precárias e congestionadas, sem rotas alternativas, dificultando a circulação quotidiana e o escoamento de produtos.

No domínio da gestão urbana inclusiva, surgem abordagens progressistas que podem potenciar impactos transformadores. Um exemplo é o projecto “Cidades Resilientes ao Clima”, implementado em parceria com o Município de Nampula, UN-Habitat e outros actores, que visa promover adaptação urbana sustentável, inclusão e circulação mais equitativa em zonas urbanas vulneráveis. Este tipo de iniciativa representa um passo importante para alinhar o desenvolvimento urbano local com padrões internacionais de resiliência climática e inclusão social, apoiando instrumentos de planeamento urbano mais robustos e participativos (Nações Unidas Moçambique, 2024).

Adicionalmente, intervenções inovadoras na gestão dos resíduos sólidos têm sido anunciadas no plano municipal, com iniciativas que pretendem associar a recolha de lixo a oportunidades de geração de rendimento para os moradores locais. Esta abordagem económica procura incentivar a participação comunitária e valorizar o papel dos residentes na organização e manutenção da cidade, embora ainda dependa da capacidade institucional e de enquadramentos regulamentares claros para garantir sustentabilidade e eficácia (360 Mozambique, 2026).

Contudo, um dos principais constrangimentos observados prende-se com o crescimento urbano desordenado, que tem conduzido à proliferação de bairros informais, frequentemente implantados sem planeamento adequado e sem observância de instrumentos de ordenamento territorial. Este fenómeno resulta em habitações precárias, baixa qualidade do ambiente construído e fraco acesso a serviços

essenciais, agravando as desigualdades espaciais dentro da cidade. Em Nampula, muitos assentamentos informais expandem-se em áreas ambientalmente sensíveis e de risco, nomeadamente encostas e margens de cursos de água como Sausa-Sausa, Nabure, Nicuta, Mutauanha e Nmehi, abrangendo bairros como Matadouro, Natikiri, Namicopo, Muatala, Murrapaniaua, Mutauanha e Muhaviri, o que aumenta a exposição das populações a inundações e outros riscos socioambientais.

Estas constatações são sustentadas pelos dados dos indicadores associados a este ODS que evidencia constrangimentos estruturais significativos no Município de Nampula no que respeita à promoção de cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Os dados disponíveis revelam progressos muito limitados em áreas centrais como mobilidade urbana inclusiva, planeamento territorial sustentável, preservação do património e integração efectiva da redução do risco de desastres no ordenamento do território.

Tabela 7: Quadro de indicadores do ODS 11

Objectivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Indicador QNI	VALOR	Fonte da Info	NOTAS
Meta 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e pessoa idosa			
11.2.1 URBANO - Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência fisica	0%	SDPI	Não existem serviços de transporte público adaptáveis a pessoas com deficiência
11.2.1_NM_2 - URBANO Número de transporte público adpatados para pessoas com dificiência física	0	SDPI	Não existem serviços de transporte público adaptáveis a pessoas com deficiência
11.2.1 - RURAL Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência fisica	0	SDPI	Não existem serviços de transporte público adaptáveis a pessoas com deficiência
11.2.1_NM_2 RURAL Número de transporte público adpatados para pessoas com dificiência física	0	SDPI	Não existem serviços de transporte público adaptáveis a pessoas com deficiência
Meta 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para a planificação e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países			
11.3.1 Rácio da taxa de utilização de terra e de crescimento da população URBANO	0	SD	Em 2025 o rácio da taxa de consumo de terra em relação ao crescimento da população urbana sem expansão correspondente a aréa urbana, o que sugere aumento da densidade e maior pressão sobre a infraestrutura urbana
11.3.1_NM_1 Taxa de ocupação da terra URBANO	3294h/km2	SD	A elevada densidade populacional por km² evidencia desafios significativos para o ordenamento do território, provisão de serviços e qualidade de vida urbana.
Meta 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo			
11.4.1 Despesa total per capita gasta na preservação, protecção e conservação de todo o património cultural e natural, por tipo de património, nível de governo, tipo de despesa e tipo de financiamento privado	0	SD	A inexistência de despesa registada reflecte a ausência de priorização orçamental e de mecanismos específicos de financiamento para a salvaguarda do património.
11.4.1_NM_1 Percentagem do orçamento alocado para acções de preservação do património cultural	0	SD	Para essa actividade ncontrar a metas seria necessario alocar cera de 1% doorçamento anual, esta fica como desafio para os proximos anos
Meta 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adoptando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres em todos os níveis			
11.b.2 Percentagem de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres	100%	SD	O plano existente está orientado predominantemente para o uso e aproveitamento da terra, não incorporando de forma explícita uma abordagem sistemática de redução de riscos e desastres.
11.b.2_NM_1 RURAL Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres	1	SDPI	O plano existente não está orientado a riscos e desastre mas uso e aproveitamento da terra adaptada a riscos e desastres
11.b.2_NM_1 URBANO Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres	1	SDPI	O plano existente não está orientado a riscos e desastre mas uso e aproveitamento da terra adaptada a riscos e desastres
11.b.2_NM_2 URBANO Número de licencas emitidas para coleta e reciclagem de lixo	-	SDPI	Sem informação

No âmbito da Meta 11.2, relativa ao acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis, os indicadores apontam para uma situação crítica tanto em contexto urbano como rural. A percentagem da

população com acesso a transporte público conveniente, com especial atenção para pessoas com deficiência física, é de 0%, e não existe qualquer registo de meios de transporte público adaptados. Estes resultados evidenciam a inexistência de um sistema de transporte público inclusivo em Nampula, comprometendo a mobilidade diária de mulheres, crianças, idosos e PcD. A ausência de alternativas acessíveis limita o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, mercados e serviços administrativos, reforçando padrões de exclusão social e territorial e contrariando directamente os princípios de equidade e inclusão do ODS 11.

Relativamente à Meta 11.3, que visa promover uma urbanização inclusiva e sustentável e reforçar a capacidade de planificação e gestão dos assentamentos humanos, os dados indicam uma pressão crescente sobre o território urbano. A elevada taxa de ocupação da terra, estimada em 3.294 habitantes por km², confirma este cenário, evidenciando desafios sérios para o ordenamento territorial, a provisão de serviços básicos e a qualidade de vida urbana. Estes indicadores reflectem limitações na capacidade de planificação integrada e participativa, favorecendo a consolidação de assentamentos informais e a ocupação de áreas inadequadas.

A insuficiência de infraestruturas básicas constitui outro desafio estrutural para o alcance do ODS 11. Uma parte significativa dos assentamentos urbanos enfrenta limitações no acesso a água potável, saneamento adequado, energia eléctrica, sistemas eficazes de gestão de resíduos sólidos e transporte público funcional. Estas carências comprometem a saúde pública, a dignidade das famílias e a sustentabilidade ambiental, reforçando ciclos de vulnerabilidade urbana. A falta de sistemas de drenagem adequados, associada à ocupação informal do solo, agrava os impactos das chuvas intensas, contribuindo para a degradação das vias de acesso e dificultando a mobilidade urbana.

No que se refere à Meta 11.4, orientada para a protecção e salvaguarda do património cultural e natural, os indicadores mostram ausência total de investimento público registado. A despesa destinada à preservação do património é nula, assim como a percentagem do orçamento municipal alocada a estas acções. Esta situação revela uma fraca priorização institucional da dimensão cultural e patrimonial do desenvolvimento urbano, apesar do seu potencial contributo para a identidade local, a coesão social e o desenvolvimento económico.

No domínio da Meta 11.b, relacionada com a adopção e implementação de políticas e planos integrados de inclusão, resiliência e redução do risco de desastres, os dados indicam a existência de uma estratégia local de redução de riscos e desastres. Contudo, a análise qualitativa dos indicadores nacionais complementares revela limitações substanciais na sua operacionalização, estando estes instrumentos predominantemente orientados para o uso e aproveitamento da terra, sem integrar de forma explícita e sistemática uma abordagem de redução de riscos e desastres, conforme preconizado pelo Marco de Sendai. Esta lacuna é particularmente relevante num território exposto a cheias, erosão e outros riscos climáticos, reduzindo a eficácia das políticas de resiliência urbana. Adicionalmente, a inexistência de dados sobre licenças emitidas para recolha e reciclagem de resíduos sólidos urbanos evidencia fragilidades na gestão da informação e na monitoria das políticas ambientais urbanas.

Apesar destes desafios, o território de Nampula tem vindo a identificar prioridades claras alinhadas com o ODS 11, com destaque para a promoção de habitação segura e acessível, o reforço do acesso universal

a serviços básicos, a mobilidade urbana sustentável e o fortalecimento do planeamento urbano participativo. A regularização fundiária e a melhoria habitacional surgem como eixos fundamentais para garantir segurança jurídica da posse e melhorar as condições de vida, evitando processos de reassentamento forçado. A aposta em infraestruturas resilientes e em soluções de infraestrutura verde, como sistemas de drenagem sustentável e espaços públicos inclusivos, é igualmente central para reduzir riscos ambientais e aumentar a resiliência urbana.

No domínio da mobilidade urbana, o ODS 11 sublinha a necessidade de sistemas de transporte público acessíveis e seguros, com atenção especial aos grupos vulneráveis, bem como a promoção de modos de transporte sustentáveis. Estas prioridades articulam-se com a necessidade de melhorar a conectividade interna dos bairros, reduzir a poluição e facilitar o acesso a serviços e mercados. O planeamento urbano participativo assume, neste contexto, um papel estratégico, ao permitir que as comunidades locais contribuam para a definição de prioridades, através de diagnósticos participativos, mapeamento social e mecanismos de consulta.

Portanto, a análise do ODS 11 no território local de Nampula evidencia alguns avanços relevantes, como a identificação de prioridades claras para a regularização fundiária, iniciativas emergentes de resiliência climática, esforços incipientes de gestão de resíduos e a existência de instrumentos de planeamento urbano, mas revela simultaneamente constrangimentos estruturais profundos associados ao crescimento urbano desordenado, à expansão de assentamentos informais, à fraca cobertura de serviços básicos, à inexistência de mobilidade urbana inclusiva e à ausência de investimento na preservação do património cultural e natural. Estes desafios afectam de forma desproporcionada os grupos vulneráveis e expõem amplos segmentos da população urbana a riscos ambientais, exclusão territorial e degradação da qualidade de vida, comprometendo os princípios de inclusão, segurança e sustentabilidade consagrados no ODS 11. Assim, torna-se estratégica a adopção de uma abordagem integrada de governação urbana que reforce o planeamento territorial participativo, o investimento em infraestruturas básicas e mobilidade acessível, e a integração efectiva da redução do risco de desastres e da resiliência climática no desenvolvimento urbano, com foco prioritário nos bairros periurbanos e informais.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A RLV do território local de Nampula constitui um exercício estruturante de territorialização da Agenda 2030, ao permitir uma leitura integrada do progresso, dos constrangimentos e das dinâmicas locais de implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. A análise, sustentada em dados administrativos, estatísticas oficiais, documentos institucionais e contributos das comunidades, evidencia um território marcado por transformações aceleradas, fortes pressões demográficas e urbanas, e desigualdades persistentes entre áreas urbanas, periurbanas e rurais.

A avaliação dos ODS priorizados (ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11) revela que Nampula regista avanços sectoriais importantes, sobretudo na expansão de serviços sociais básicos, no reforço de programas comunitários e na integração progressiva dos ODS nos instrumentos de planeamento local. No entanto, estes progressos coexistem com desafios estruturais profundos, relacionados com limitações institucionais, insuficiência de recursos financeiros, fraca articulação intersectorial e desigualdades territoriais e sociais ainda muito acentuadas, que condicionam a sustentabilidade e o impacto das intervenções públicas.

No plano social, a análise demonstra que a pobreza, a insegurança alimentar, as desigualdades no acesso à saúde e à educação e as disparidades de género permanecem fenómenos interligados e cumulativos. Estes factores afectam de forma desproporcional mulheres, jovens, pessoas com deficiência, idosos e populações residentes em zonas rurais e bairros periféricos urbanos. Apesar de melhorias visíveis no acesso à educação básica, à saúde materno-infantil, à vacinação e a algumas formas de protecção social, a cobertura efectiva, a qualidade dos serviços e a equidade territorial continuam aquém das necessidades reais do território, perpetuando ciclos de vulnerabilidade socioeconómica.

No domínio do género, os resultados do ODS 5 evidenciam avanços pontuais no empoderamento económico e na participação das mulheres, mas também a persistência de barreiras estruturais, incluindo a VBG, desigualdades no acesso à terra e aos recursos produtivos, e limitações na resposta institucional integrada. Estes desafios reforçam a necessidade de abordagens mais consistentes e intersectoriais, ancoradas na prevenção, protecção e promoção da autonomia económica das mulheres e raparigas.

Relativamente aos ODS 6 e 11, a análise territorial e ambiental revela que o crescimento urbano acelerado de Nampula ocorre num contexto de planeamento limitado, com défices significativos em água potável, saneamento adequado, gestão de resíduos sólidos, mobilidade inclusiva e ordenamento do território. As desigualdades entre áreas urbanas consolidadas, bairros informais e zonas rurais são particularmente evidentes, comprometendo não apenas a qualidade de vida das populações, mas também a resiliência do território face a choques climáticos, sanitários e ambientais. A ocupação de áreas de risco, a fraca cobertura de infraestruturas resilientes e a inexistência de sistemas de transporte público acessíveis para grupos vulneráveis configuram desafios críticos para a concretização do ODS 11.

Um elemento transversal que emerge de forma consistente em todos os ODS analisados é a centralidade da capacidade institucional local. Persistem fragilidades na produção, harmonização e uso de dados desagregados, na coordenação entre níveis distrital, municipal e sectorial, e na monitoria sistemática dos indicadores dos ODS. Estas limitações afectam directamente a planificação baseada em evidências, a definição de prioridades e a avaliação do impacto das políticas públicas.

O processo da RLV evidenciou igualmente a importância estratégica da participação comunitária como pilar fundamental da implementação da Agenda 2030. As consultas realizadas demonstraram que as comunidades possuem um conhecimento profundo das realidades locais, dos riscos e das oportunidades de desenvolvimento. Contudo, a institucionalização de mecanismos permanentes de diálogo, consulta e prestação de contas ainda representa um desafio central, exigindo maior investimento em governação participativa e transparência.

Em síntese, a RLV do território local de Nampula demonstra que o território dispõe de potencial institucional, capital social e experiências relevantes para acelerar a implementação da Agenda 2030. Todavia, o alcance efectivo dos ODS requer um reforço significativo do planeamento integrado, da coordenação intersectorial, da mobilização de recursos e da inclusão social e territorial. A RLV afirma-se, assim, não apenas como um instrumento de reporte, mas como uma ferramenta estratégica de aprendizagem, alinhamento de políticas e tomada de decisão, capaz de orientar o território de Nampula para um percurso de desenvolvimento mais equilibrado, resiliente e inclusivo, assegurando que o princípio de não deixar ninguém para trás se traduza em melhorias concretas e sustentáveis na vida das populações.

Com base nestas constatações, são propostas as seguintes **recomendações estratégicas para acelerar a implementação dos ODS no território local de Nampula**:

- Expandir programas de protecção social adaptados ao contexto local, com foco em agregados familiares chefiados por mulheres, idosos, PcD e jovens em situação de vulnerabilidade;
- Reforçar o apoio à agricultura familiar, promovendo acesso a insumos, assistência técnica, irrigação de pequena escala e práticas agrícolas resilientes ao clima;
- Promover a diversificação de meios de vida e a criação de emprego local, com especial enfoque em jovens e mulheres, através de iniciativas de economia local e cadeias de valor agrícolas;
- Integrar a segurança alimentar e nutricional como eixo transversal nos programas de desenvolvimento rural e urbano;
- Reforçar a cobertura e a qualidade dos serviços de saúde primária, especialmente nas zonas rurais e bairros periurbanos;
- Melhorar o acesso físico aos serviços de saúde, incluindo infraestruturas, mobilidade e adaptação para pessoas com deficiência e idosos;
- Fortalecer a articulação entre saúde, água, saneamento e nutrição para reduzir riscos sanitários estruturais;
- Reforçar a expansão e melhoria das infraestruturas escolares, garantindo condições adequadas de ensino, saneamento e água potável;
- Reforçar programas de prevenção e resposta à violência baseada no género, assegurando articulação efectiva entre sectores sociais, saúde, justiça e comunidades;
- Promover o empoderamento económico das mulheres, garantindo acesso equitativo à terra, crédito, formação profissional e oportunidades de rendimento e engajamento político e social das mulheres;
- Acelerar a expansão de fontes de água segura, priorizando zonas rurais e bairros periurbanos com baixa cobertura.;

- Reforçar a manutenção e sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água, fortalecendo os comités comunitários de gestão;
- Investir progressivamente em soluções de gestão de águas residuais e drenagem urbana para reduzir riscos ambientais e sanitários;
- Reforçar o planeamento territorial integrado, actualizando e operacionalizando instrumentos de ordenamento do território orientados para riscos climáticos e desastres;
- Promover programas de requalificação de assentamentos informais, garantindo acesso a serviços básicos sem deslocamento forçado das comunidades;
- Desenvolver soluções de mobilidade urbana inclusiva e acessível, com atenção especial a mulheres, idosos e PcD;
- Institucionalizar mecanismos permanentes de consulta comunitária na planificação, implementação e monitoria dos ODS;
- Reforçar o papel das organizações comunitárias e comités locais como parceiros activos na gestão de serviços básicos, garantindo, garantindo que as vozes de grupos vulneráveis sejam integradas nos processos de tomada de decisão;
- Reforçar a articulação intersectorial entre município, distrito e sectores-chave, através de mecanismos formais de coordenação para a implementação integrada dos ODS;
- Institucionalizar a RLV como instrumento permanente de planificação, monitoria e aprendizagem, integrando os ODS nos ciclos anuais e plurianuais de planificação e orçamentação;
- Melhorar os sistemas locais de dados, assegurando a produção, harmonização e uso regular de informação desagregada por sexo, idade, localização e condição de vulnerabilidade;
- Reforçar as capacidades técnicas dos serviços locais em planificação territorial, monitoria de indicadores, gestão de projectos e mobilização de recursos, estabelecendo mecanismos regulares de prestação de contas e transparência sobre a implementação dos ODS ao nível local.

ANEXOS

- Matriz de dados sobre indicadores dos ODS